

Secretaria de Estado de Fazenda

Boletim de

Transparência Fiscal

2º quadrimestre | 2019





SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA

Luiz Cláudio Rodrigues de Carvalho

SUBSECRETÁRIO-GERAL

Sérgio Ricardo Ciavolih Mota

SUBSECRETÁRIA DE FINANÇAS

Lígia Helena da Cruz Ourives

SUBSECRETÁRIA DE POLÍTICA FISCAL

Leonardo Lobo Pires

SUBSECRETÁRIO DE RECEITA

Thompson Lemos da Silva Neto

SUPERINTENDENTE DO TESOUREO ESTADUAL

Cláudia Torres Santoro

**SUPERINTENDENTE DE PROGRAMAÇÃO
FINANCEIRA**

Daniela de Melo Faria

**SUPERINTENDENTE DE RELAÇÕES
FEDERATIVAS E TRANSPARÊNCIA FISCAL**

Raphael Philipe Moura

**SUPERINTENDENTE DE CONTROLE E
ACOMPANHAMENTO DA DÍVIDA**

Diana Cabral Siqueira

SUPERINTENDENTE DE FINANÇAS

Elvécio Vital da Silva

**SUPERINTENDENTE DE CAPTAÇÃO DE
RECURSOS**

Giovana dos Santos Itaboraí

EQUIPE BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA FISCAL

Alessandro Lima da Rocha

Alexandre Emilio Zaluar

Ana Cecília de Souza

Ana Paula Quedinho

Caroline de Moraes Rocha

Creusa Mattoso de Almeida

Cristiane dos Santos Oliveira

Eduardo de Andrade

Hamilton Correa Zambito Horacio

Henrique Reis Pompeu de Moraes

Joana Pimentel Meneses de Farias

Leila Klein

Liliane Figueiredo da Silva

Luciana Vicky Mazloum

Maria Gisele Bastos Soares

Neusa Lourenço Silva

Paulo Roberto Arduini Carvalho Júnior

Pedro Bastos Carneiro da Cunha

Sérgio da Costa Peixoto



O BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA FISCAL é uma publicação iniciada em 2008 pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, trabalho conjunto da Subsecretaria de Finanças e da Subsecretaria de Política Fiscal, esta última também responsável pela edição do documento. Ele é chamado de TRANSPARÊNCIA FISCAL porque vai além do registro de cifras macroeconômicas ou associadas a metas de equilíbrio fiscal, que são essenciais para a avaliação da solvência do Estado. O Boletim procura também dar uma ampla visão do uso dos recursos públicos pelas diversas funções do gasto. Este é um elemento chave para posteriores análises da efetividade e eficiência no uso das receitas de impostos e de outros recursos públicos, com vistas a avaliar se este uso atende aos objetivos do governo e da sociedade, respondendo corretamente às demandas sociais e atuando como elemento indutor do desenvolvimento econômico.

Esta edição, decorridos mais de um ano da homologação do Regime de Recuperação Fiscal, evidencia o início da trajetória do Estado do Rio de Janeiro na retomada do equilíbrio fiscal, após três anos de forte frustração de receitas e acúmulo de dívidas com sevidores e fornecedores.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Informações:

Tel: (21) 2334-4929

Home Page: <http://www.fazenda.rj.gov.br>

Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, n.º 670

Rio de Janeiro, RJ, CEP 20071-001



Sumário

I. Economic Outlook	12
I.I Brazil and Rio de Janeiro.	12
I. Panorama Econômico	14
I.I O Brasil e Rio de Janeiro.	14
II. Metas Quadrimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro .	16
III. Resultados Fiscais	22
III.I Resultado Orçamentário.....	22
III.II Resultado Primário	24
IV. Receita Estadual.....	27
IV.I Receitas Correntes	28
IV.I.1 Receita Tributária.....	29
IV.I.2 Receita Patrimonial e Royalties	36
IV.I.3 Demais Receitas Correntes	38
IV.I.3.1 Receita de Transferências	41
IV.I.3.2 Transferências da União.....	42
IV.II Receitas de Capital.....	45
V. Despesas do Estado do Rio de Janeiro	47
V.I Despesa Total.....	47
V.II Despesas por Grupo	48
V.III – Cumprimento das despesas vinculadas aos índices constitucionais e legais: Educação, Saúde, FAPERJ, FECAM , FEHIS e FISED.	52
VI – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA.....	60
VI.1 Cota Financeira.....	60



VI.2 Pagamento de PD's.....	60
VI.3 Adimplemento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos	61
VI.4 Requisições Judiciais de Pagamento	62
VI.5 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu Dispêndio com a Dívida Pública.....	63
VI.6 Acompanhamento Financeiro de Convênios.....	71
VI.7 Análise de Viabilidade Econômica de PPP	71
VI.8 Captação de Recursos	72
Glossário	73



Apresentação

Este é o quinquagésimo nono número do Boletim de Transparência Fiscal. Elaborado pela Secretaria de Fazenda e Planejamento do Estado do Rio de Janeiro (ERJ), é o segundo referente ao exercício de 2019. Editado quadrimestralmente desde 2016, seu objetivo é fazer chegar aos cidadãos os mecanismos de controle e dar transparência à execução do orçamento estadual - recursos arrecadados, sua origem e aplicação a título de retorno para a sociedade, em linguagem fácil e amigável.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) impõe metas fiscais que devem ser cumpridas sob o risco de sanções aos administradores e ao próprio ente federativo, como a suspensão de transferências voluntárias. No cenário de estabilidade fiscal o Estado deve, por exemplo, alcançar uma meta de superávit primário suficiente para, no mínimo, cumprir as obrigações com pagamento da dívida, e dispor de suficiente folga de caixa de maneira que toda a Administração possa planejar seus gastos com segurança.

No entanto, desde 2015, o ERJ vem enfrentando expressiva frustração de receita, influência de um cenário econômico adverso. O encerramento de 2017, mostrou resultados um pouco melhores, por conta do Regime de Recuperação Fiscal (RRF). Em 2018, a economia começa a mostrar sinais de recuperação. A retomada dos investimentos da Petrobrás e o consequente aumento da produção de petróleo refletiram positivamente tanto na Receita de Participações Governamentais como no ICMS da cadeia de óleo e gás.

No item I.I é apresentada breve análise do Cenário Econômico e, a partir do item II, comenta-se a Receita Realizada no 2º quadrimestre de 2019.

É parte do Estado Democrático de Direito a obrigação do administrador público de prestar contas à sociedade, demonstrando a adequabilidade da aplicação dos recursos às demandas econômicas e sociais.

O Boletim procura fornecer, com presteza, detalhes da despesa em cada área, para que haja transparência nos gastos públicos e efetivo acompanhamento pela sociedade.

“O Orçamento Nacional deve ser equilibrado. As Dívidas Públicas devem ser reduzidas, a arrogância das autoridades deve ser moderada e controlada. Os pagamentos a governos estrangeiros devem ser reduzidos, se a Nação não quiser ir à falência. As pessoas devem novamente aprender a trabalhar, em vez de viver por conta pública.” Marcus Tullius Cícero – Roma, 55 A.C.



No que diz respeito à aplicação dos recursos, importante cumprir a lei (e.g., vinculações) e procurar alcançar, entre outros, os objetivos constitucionais de eficiência, economicidade e efetividade. Para essa avaliação, é importante que se conheçam detalhes da aplicação de recursos por função (e.g., saúde, educação) e o perfil temporal desses gastos, uma das finalidades desta publicação. Nos últimos três exercícios até a execução das despesas sujeitas a percentuais mínimos de aplicação foi bastante difícil. A despesa por si só tem um crescimento vegetativo a cada ano, contrapondo-se à frustração de receita enfrentada. Os dados aqui disponibilizados foram extraídos do Sistema Integrado de Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil do Rio de Janeiro (SIAFE-RIO) no dia 25/09/2019.

A despesa refere-se, em regra, ao conceito de empenho liquidado; já a receita, por sua vez, corresponde ao conceito de realizada (regime de caixa).

O Boletim é dividido em seis seções, além desta apresentação. As quatro seções iniciais fazem uma breve análise dos resultados fiscais, da evolução das diversas rubricas de receita e das metas correspondentes. A quinta seção apresenta a despesa no seu agregado de execução orçamentária e detalhes dos gastos por área. Por fim, a sexta seção remete aos elementos da política financeira do Estado, aos pagamentos requeridos pelos órgãos, à aplicação dos saldos do Tesouro, à quitação de restos a pagar de administrações anteriores, assim como dos precatórios judiciais. A seção também informa a situação da dívida pública do Estado, cujo pagamento está suspenso por três exercícios por conta do RRF. Traz ainda dados sobre a execução de convênios, atualmente em número reduzido por conta da crise financeira do Governo Federal, que reduziu as tais transferências.

RESUMO EXECUTIVO

No segundo quadrimestre de 2019 as receitas superaram o previsto, continuando a mostrar mais alguns efeitos do processo de estabilização fiscal que o Estado do Rio de Janeiro celebrou, em setembro de 2017, o Plano de Recuperação Fiscal – PRF, junto ao Governo Federal.

A Receita Total, incluídas todas as Fontes decresceu 1,3% (-R\$ 366,99 milhões) em relação à meta estipulada. No acumulado, as Receitas Totais cresceram 0,3% além do previsto (+ R\$ 151,41 milhões). As Receitas Correntes apresentaram queda de desempenho no período, 0,9% aquém do previsto. Tal resultado foi influenciado pelas Receitas Patrimoniais - dado o comportamento das receitas de Participações Governamentais, derivadas da atividade petrolífera. Já as Receitas Tributárias apresentaram modesta retração no quadrimestre. No entanto, o resultado acumulado desta cresceu 2,0% (+ R\$ 709,68 milhões) além da meta prevista.

As Receitas de Capital realizaram um valor abaixo das expectativas, 46,2% da meta prevista, em função da redução da receita derivada de Operações de Crédito e pelo fraco resultado das Transferências de Capital, que realizaram 3,7% do valor previsto. Essa performance está diretamente relacionada com a redução do fluxo de repasses ligado ao convênio do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. O resultado acumulado atingiu 35,6% da meta prevista para o período.

O resultado orçamentário no 2º quadrimestre de 2019 foi superavitário, atingindo R\$ 1.659,32 milhões, porém 60,0% inferior ao mesmo período de 2018. Este resultado foi influenciado pelas Receitas Correntes que, em 2018, contaram com o fato pontual da importação de plataformas de petróleo de alto valor naquele período. As Receitas Correntes geraram um superávit corrente de R\$ 2.095,91 milhões. Já as Receitas de Capital, registraram um déficit de capital de R\$ 377,38 milhões. No acumulado, o resultado Orçamentário foi superavitário em R\$ 5.155,88 milhões, porém 43,2% inferior ao mesmo período de 2018.

Até agosto, o resultado primário foi positivo. A receita primária total foi superior a despesa primária total em R\$ 4.682,26 milhões. Quando comparado ao mesmo período do ano anterior, o resultado primário apresentou uma queda de 10,68% em relação a 2018, que pode ser atribuída ao desempenho mais fraco do ICMS no ano corrente e ao aumento da despesa.

Do orçamento autorizado para o exercício de 2019 (R\$ 81,77 bilhões), R\$ 14,27 bilhões permaneceram contingenciados por medida de extrema necessidade em virtude do atual momento econômico do Estado e da Federação. A Lei Orçamentária Anual (LOA) fixou as despesas do Poder Executivo para 2019 em R\$ R\$ 70,64 bilhões. Ao fim do 2º quadrimestre, com o registro de todas as alterações no orçamento, a dotação alcançou R\$ 71,93 bilhões. Desse valor, R\$ 14,27 bilhões continuaram contingenciados como uma medida de controle que orienta as despesas orçamentárias de acordo com a realidade financeira. Até esse segundo quadrimestre, foram empenhados R\$ 35,51 bilhões pelo poder em tela.

Para os Demais Poderes, a despesa inicialmente fixada foi de R\$ 9,74 bilhões. Do montante total das despesas planejadas para os órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e Tribunal de Contas, foram empenhados R\$ 6,54 bilhões.



No aspecto dos índices constitucionais, o índice da Educação ainda não foi cumprido. Este índice atingiu 22% contabilizando a aplicação na função até agosto de 2018. A despesa liquidada na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino alcançou R\$ 6,01 bilhões, um aumento de 6,7% em relação ao mesmo período do ano de 2018.

A Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do ERJ (FAPERJ), órgão executor das ações na área de Ciência e Tecnologia, executou R\$ 185 milhões até o segundo quadrimestre de 2019. A despesa liquidada pela Fundação representou 1,6% da receita base do índice, não atingindo até o momento, desta forma, o índice de 2%.

A aplicação de recursos em ações direcionadas à Rede de Saúde Pública do ERJ foi positiva em 32,8% em relação ao mesmo período do ano passado. Este índice atingiu 8,8%, não cumprindo até então o valor mínimo em tela.

A soma das despesas liquidadas no contexto do Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano (FECAM) foi de R\$ 34 milhões. Já a aplicação de recursos nos índices do Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social (FEHIS) e do Fundo Estadual de Investimentos e Ações de Segurança Pública e Desenvolvimento Social (FISED) foi de, respectivamente, R\$ 25 milhões e R\$ 87 milhões.

EXECUTIVE SUMMARY

In the second quadrimester of 2019, revenues exceeded forecasts, continuing to show some effects of the fiscal stabilization plan, the Fiscal Recovery Plan - PRF that the State of Rio de Janeiro celebrated in September 2017, the Fiscal Recovery Plan - PRF, with the Federal Government.

Total Revenue, including all Sources, decreased 1.3% (- R\$ 366.99 million) compared to the target. Year-to-date, Total Revenues grew 0.3% over expectations (+ R\$ 151.42 million). Current Revenues showed a decrease in performance in the period, 0.9% below expectations. This result was influenced by the Equity Revenue - given the behavior of Government Equity revenues, derived from the oil activity. ICMS Tax Revenue, ERJ's main source of revenue, presented a modest retraction. The accumulated result grew 0.7% (+ R\$ 415.86 million) beyond the expected target.

Capital Revenues were below expectations, 46.2% of the expected target, due to the reduction in revenue from Credit Operations and the weak result of Capital Transfers that achieved 3.7% of the expected value. This performance is directly related to the reduction of onlendings flow linked to the agreement of the Growth Acceleration Program - PAC. The accumulated result reached 35.6% of the forecasted goal for the period.

The budget result for the second quadrimester of 2019 was a surplus, reaching R\$ 1,659.32 million, but 60.0% lower than the same period of 2018. This result was influenced by the Current Revenue, which in 2018 relied on the fact that import of high value oil platforms during that period. Current Revenues generated a current surplus of R\$ 2,095.91 million. Capital Revenue, on the other hand, recorded a capital deficit of R\$ 377.38 million. In accumulated terms, the Budget result was a surplus of R\$ 5,155.88 million, but 43.2% lower than the same period of 2018.

Until August, the primary outcome was positive. Total primary revenue exceeded total primary expenditure by R\$ 4,682.26 million. When compared to the same period of the previous year, the primary result fell by 10.68% compared to 2018, which can be attributed to weaker ICMS performance in the current year and higher spending.

Of the authorized budget for the fiscal year 2019 (R\$ 81,77 billion), R\$ 14,27 billion remained contingenciados (restricted, in literal translation) as a measure of extreme necessity due to the current economic situation of the State and the Federation. The Annual Budget Law (LOA) set the expenses of the Executive Branch for 2019 at R\$ 70,64 billion. At the end of the third quarter, with the recording of all changes in the budget, the allocation reached R\$ 71,93 billion. Of this amount, R\$ 14,27 billion remained contingenciado upon as a control measure that guides budget expenditures according to the financial reality. Until this second quarter, R\$ 35,51 billion were committed for the Executive Branch.

For Other branches, the initially fixed expense was R\$ 9,74 billion. Of the total expenditure planned for the organs of the Legislative, Judiciary, Public Prosecutor, Public Defender and Court of Auditors, were committed R\$ 6,54 billion.

In the aspect of constitutional indices, the Education index has not yet been met. This index reached 22%, accounting the investment in this position until August 2018. Expenses paid for Education Maintenance and Development reached R\$ 6,01 billion, an increase of 6,7 % compared to 2018.



The Carlos Chagas Filho Research Support Foundation (FAPERJ), the executing agency for actions in the area of Science and Technology, executed R\$ 185 million until the second quarter of 2019. The expense paid by the Foundation represented 1,6% of revenues. Thus not reaching so far the 2% index. Funding in actions directed to the ERJ Public Health Network was positive by 32,8% over the same period last year. This index reached 8,8%, thus not meeting so far the minimum value on screen. The sum of expenses paid in the context of the State Fund for Environmental Conservation and Urban Development (FECAM) was R\$ 34 million. The investment of funds in the indexes of the State Fund of Social Interest Housing (FEHIS) and of the State Fund of Investments and Actions of Public Security and Social Development (FISED) was, respectively, R\$ 25 million and R\$ 87 million.

I. Economic Outlook

I.1 Brazil and Rio de Janeiro.

In the second quarter of 2019, Gross Domestic Product (GDP) grew 0.4% in relation to the immediately previous quarter - seasonally adjusted, a result slightly higher than expected by the market and which prevented the risk of technical recession after the result in the first quarter (-0.1%). Compared to the second quarter of 2018, GDP advanced 1.0%, the 10th positive result followed in this comparison.

On the supply side, the result of GDP in the second quarter of 2019 (+ 0.4%) was influenced by the performance of the 'Manufacturing Industry' (+ 2.0%), 'Construction' (+ 1.9%) and 'Trade' (+ 0.7%). On the demand side, we highlight the 10th positive result in 'Household Consumption' in the 2nd quarter (+ 0.3%) and the good result of 'Gross Fixed Capital Formation' (+ 3.2%) after two consecutive negative results. In the international scenario, the trade crisis between the United States and China, in addition to the low growth of world economic activity in 2019, driven by the developed countries, should hinder a more sustained recovery of the national economy in 2019. Market expectations for GDP performance in 2019 and 2020 are, respectively, + 0.92% and + 2.08%¹.

Latest IBGE data from traditional economic sectors such as manufacturing, retail trade and services show that in July and August, compared to the same period last year, there was a slowdown in almost all sectors except retail trade. National results for restricted and expanded retail trade were + 1.4% in August; and in the second four-month period by, respectively, + 1.7% and + 4.4%. The negative national highlight is the extractive industry, which decreased again in August (-1.9%), ending the second four-month at -10.5% and the accumulated in 2019 until August at -10.7%.

In the state of Rio de Janeiro (ERJ), there is the opposite movement: the recovery of the oil and gas sector has been encouraging the economy of Rio de Janeiro. The extractive industry registered growth of 34.6% in August; in the second four-month period, high of 15.6%, a very significant result, especially considering the national data (-10.5%). Already the manufacturing industry of Rio de Janeiro remains below expected, even more than the national average. With declines of 8.7% in August and 4.6% in the second four-month, it is becoming more evident that there is a domestic economic environment in the state even more retracted than the national one in terms of domestic consumption. Besides that, with the deceleration of international trade, much of Rio de Janeiro's industrial exporter park is decelerating in 2019, as is the case of 'Manufacture of motor vehicles, trailers and bodies', 'Metallurgy' and 'Manufacture of chemicals and pharmaceutical products.'. All these segments presented results much lower than those verified nationally, both in August and in the second four-month period and in the accumulated in 2019.

¹ Boletim Focus de 08/11/2019.



The services sector continues to record lower numbers in the ERJ than the national average: between may and august variations of, respectively, -3.1% and + 0.3%. In the accumulated result in eight months, -3.9% and + 0.5%. Even with the recovery of segments that retracted a lot at the height of the state crisis, such as 'Services rendered to families', the general indicator still shows how the sector that employs the most in the country is even more fragile in the ERJ, with negative impacts on the unemployment rate and domestic consumption.

Unemployment data from IBGE Continuous PNAD confirm the most retracted market in the ERJ in relation to the national average. In the second quarter of 2019, the state unemployment rate reached 15.1% - compared to 12.0% in Brazil, the highest in the Center-South Region and the 5th highest in the country. Even decreasing compared to the previous quarter (15.3%) and the second quarter of 2018 (15.4%), the gradual improvement in the unemployment rate is due to the relative increase in non-formal employment, which also occurs in the remainder of country. However, when you look at CAGED's formal employment numbers, a considerable improvement in the labor market is already underway: in August and September, and for the first time since the crisis began, activity in the state generated formal job vacancies for two consecutive months in the four main business sectors - services, commerce, construction and manufacturing. As the state is experiencing the most consistent recovery in the oil and gas sector, with impacts on other sectors, the most recent formal employment figures may be indicating a widespread resumption of activity in the ERJ.

I. Panorama Econômico

I.1 O Brasil e Rio de Janeiro.

No 2º trimestre de 2019, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 0,4% em relação ao trimestre imediatamente anterior - realizado o ajuste sazonal, resultado um pouco acima do esperado pelo mercado e que afastou o risco de recessão técnica após o resultado (revisto) de -0,1% no 1º trimestre. Na comparação com o 2º trimestre de 2018, o PIB avançou 1,0%, o 10º resultado positivo seguido nessa comparação.

Pelo lado da oferta, o resultado do PIB no 2º trimestre de 2019 (+0,4%) foi influenciado pelo desempenho da 'Indústria de transformação' (+2,0%), 'Construção' (+1,9%) e 'Comércio' (+0,7%). Pelo lado da demanda, destaque para o 10º resultado positivo em 'Consumo das famílias' no 2º trimestre (+0,3%) e pelo bom resultado de 'Formação bruta de capital fixo' (+3,2%) após duas quedas consecutivas. No cenário internacional, a crise comercial travada entre Estados Unidos e China, além do baixo crescimento da atividade econômica mundial em 2019, puxado pelos países desenvolvidos, deve dificultar uma retomada mais sustentada da economia nacional em 2019. As expectativas de mercado para o desempenho do PIB em 2019 e 2020 são de, respectivamente, +0,92% e +2,08%².

Dados mais recentes do IBGE de setores econômicos tradicionais, como a indústria de transformação, comércio varejista e serviços, mostram que nos meses de julho e agosto, na comparação interanual, houve uma desaceleração em quase todos os setores, exceto no comércio varejista. Os resultados nacionais para o comércio varejista restrito e ampliado ficaram, no mês de agosto, em +1,4%; e no 2º quadrimestre em, respectivamente, +1,7% e +4,4%. O destaque negativo nacional é a indústria extrativa, que voltou a registrar uma queda em agosto (-1,9%), fechando o 2º quadrimestre em -10,5% e o acumulado em 2019 (até agosto) em -10,7%.

No Estado do Rio de Janeiro (ERJ), ocorre o movimento inverso: a recuperação do setor de óleo e gás vem puxando a economia fluminense. A indústria extrativa registrou em agosto um crescimento de 34,6%; no 2º quadrimestre, alta de 15,6%, um resultado muito expressivo, especialmente se considerado o dado nacional (-10,5%). Já a indústria de transformação fluminense continua em baixa, ainda mais que a média nacional. Com quedas de 8,7% em agosto e 4,6% no 2º quadrimestre, torna-se mais evidente que há um ambiente econômico doméstico no estado ainda mais retraído que o nacional em termos de consumo interno. E ainda, com a desaceleração do comércio internacional, grande parte do parque industrial exportador fluminense está em desaceleração em 2019, como é o caso da 'Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias', 'Metalurgia' e 'Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos'. Todos esses segmentos apresentaram resultados muito inferiores aos verificados em âmbito nacional, tanto em agosto quanto no 2º quadrimestre e no acumulado em 2019.

² Boletim Focus de 08/11/2019.



Já o setor de serviços continua registrando números inferiores no ERJ em relação à média nacional: no 2º quadrimestre, variações de, respectivamente, -3,1% e +0,3%. No resultado acumulado em oito meses, -3,9% e +0,5%. Mesmo com a recuperação de segmentos que se retraíram muito no auge da crise no estado, como 'Serviços prestados às famílias', o indicador geral ainda mostra como o setor que mais emprega no país se encontra ainda mais frágil no ERJ, com impactos negativos sobre a taxa de desemprego e o consumo doméstico.

Dados de desemprego da PNAD Contínua do IBGE confirmam o mercado mais retraído no ERJ em relação à média nacional. No 2º trimestre de 2019, a taxa de desocupação no Estado atingiu 15,1% - ante 12,0% no Brasil, a mais elevada da Região Centro-Sul e a 5ª mais alta do país. Mesmo diminuindo na comparação com o trimestre anterior (15,3%) e o 2º trimestre de 2018 (15,4%), a melhora gradual na taxa de desemprego se deve ao aumento relativo do emprego sem carteira, o que também ocorre no restante do país. Ainda assim, quando se observa os números de empregos formais/com carteira assinada do CAGED, já está em curso uma melhora abrangente no mercado de trabalho: em agosto e setembro, e pela primeira vez desde o início da crise, a atividade no estado gerou vagas formais (líquidas) de trabalho em dois meses consecutivos nos quatro principais setores de atividade— serviços, comércio, construção civil e indústria de transformação. Como o Estado vem passando pela recuperação mais consistente do setor de óleo e gás, com impactos em outros setores da cadeia, os números mais recentes de emprego formal podem estar indicando uma retomada generalizada da atividade no ERJ.



II. Metas Quadrimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro

Aprovada a Lei de Orçamento Anual, nos termos do que dispõe a LRF, cabe à SEFAZ estabelecer e divulgar as Metas de Arrecadação e o Cronograma Mensal de Desembolso. A Tabela 1 a seguir demonstra as metas de arrecadação para o 2º quadrimestre de 2019, divulgadas no Anexo I da Resolução SEFAZ N° 06 de 24 de janeiro de 2019, que considera a Receita Bruta arrecadada no período, aí incluídos os valores de transferências aos Municípios e ao FUNDEB, que requereram R\$ 5.343,29 milhões.

- Receita Total Realizada X Metas Estabelecidas

Quadrimestre: R\$ 28.154,58 milhões / 98,7% da meta realizada.

Acumulado: R\$ 59.858,13 milhões / 100,3% da meta realizada.

Tabela 1

METAS DE ARRECAÇÃO DA RECEITA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO EM 2019.

Metas de Receita

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECEITA (MAI - AGO) 2019	RECEITA REALIZADA (MAI - AGO) 2019	% REALIZADO SOBRE A META DO QUADRIMESTRE	META DE RECEITA (JAN - AGO) 2019	RECEITA REALIZADA (JAN - AGO) 2019	% REALIZADO SOBRE A META ACUMULADA
RECEITAS CORRENTES ⁽¹⁾	28.324,60	28.063,53	99,1%	56.296,34	56.712,20	100,7%
RECEITAS DE CAPITAL ⁽¹⁾	196,97	91,06	46,2%	410,37	145,93	35,6%
TOTAL	28.521,57	28.154,58	98,7%	56.706,71	56.858,13	100,3%

Fonte: SIAFERIO - 25/09/2019.

Nota: Segundo artigo 13º da LRF.

(1) Valores incluem Receitas Intraorçamentárias.

O conceito das Receitas Correntes e de Capital e os respectivos desdobramentos de cada uma delas constam de Glossário, anexo a este Boletim.

Em 2019, o Brasil, assim como nos anos anteriores, está apresentando um fraco crescimento, pouco dinamismo econômico e baixa criação de vagas de emprego. Ainda persistem as dificuldades econômicas, fiscais e políticas que acometem o Brasil e o Estado do Rio de Janeiro, desde 2014. Em 2018, o ERJ completou seu primeiro ano sob o Plano de Recuperação Fiscal – PRF, que tem a finalidade estabilizar o quadro fiscal do Estado. No segundo quadrimestre de

A receita total realizada, no 2º quadrimestre de 2019 atingiu 98,7% da meta e somou o montante de \$ 28.154,58 milhões.

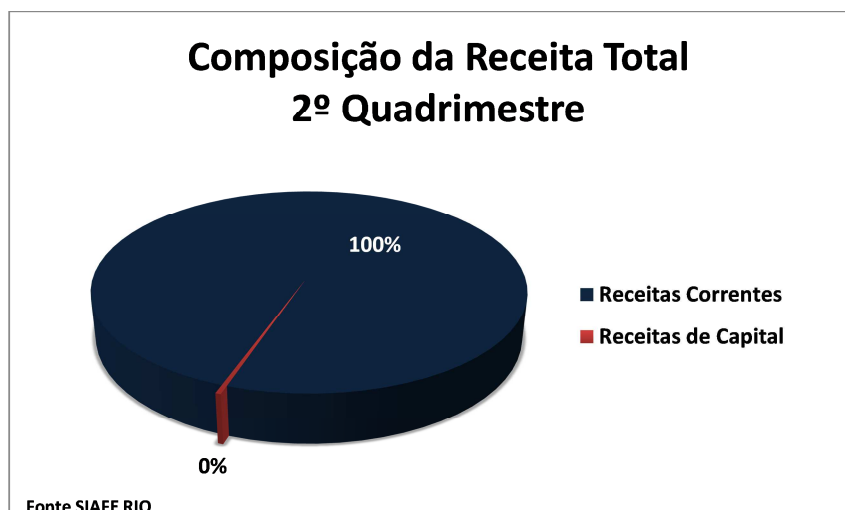
2019 as receitas apresentaram um comportamento em linha com o previsto. O atual cenário continua desafiador para o Estado do Rio de Janeiro. O Programa de Recuperação Fiscal – PRF vem possibilitando ao ERJ reequilibrar sua situação fiscal. Entretanto o processo está em um estágio inicial e inspira grande atenção por parte de administração. Em função das medidas de ajuste fiscal adotadas pelo ERJ, os números da receita vêm apresentando uma melhora gradativa.

A Receita Realizada, no 2º quadrimestre de 2019, atingiu R\$ 28.154,58 milhões, alcançando 98,7% da meta prevista para o período. As Receitas Correntes tiveram destaque e atingiram 99,1% da meta do período, registraram o montante de R\$ 28.063,53. Já as Receitas de Capital somaram o valor de R\$ 91,06 milhões apenas 46,2% do previsto para o quadrimestre. Esses números serão analisados detalhadamente mais adiante.

No acumulado, até agosto, a receita total realizada alcançou 100,3% da meta prevista, atingindo o valor de R\$ 56.858,13 milhões. Este valor alcançado pela receita, até o momento, ocorreu dentro das expectativas. As Receitas Correntes, que atingiram 100,7 % da meta prevista, ultrapassou levemente, o montante previsto para o período. Já as Receitas de Capital totalizaram R\$ 145,93 milhões o que corresponde a 35,6% da meta estabelecida para o período.

O Gráfico 1 exibe a participação das respectivas Receitas Corrente e de Capital no total arrecadado pelo Estado. Bem como as Tabelas 2 e 3 discriminam, por Origem, os recursos arrecadados em cada Categoria Econômica, Corrente e Capital. O Gráfico 2 detalha a Receita Corrente por Origem e a participação de cada uma delas no total realizado. Já o Gráfico 3 exibe a evolução da Receita Corrente acumulada.

Gráfico 1



- Receita Corrente Realizada

Quadrimestre: R\$ 28.063,53 milhões / 99,1% da meta realizada.

Acumulado: R\$ 56.712,20 milhões / 100,7% da meta realizada.

Tabela 2

METAS DE ARRECAÇÃO DA RECEITA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO EM 2019.

Metas de Receita

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECEITA (MAI - AGO) 2019	RECEITA REALIZADA (MAI - AGO) 2019	% REALIZADO SOBRE A META DO QUADRIMESTRE	META DE RECEITA (JAN - AGO) 2019	RECEITA REALIZADA (JAN - AGO) 2019	% REALIZADO SOBRE A META ACUMULADA
RECEITAS CORRENTES (1)	28.324,60	28.063,53	99,1%	56.296,34	56.712,20	100,7%
TRIBUTÁRIA	16.514,50	16.176,34	98,0%	34.767,36	35.477,04	102,0%
CONTRIBUIÇÕES	779,36	907,15	116,4%	1.558,42	1.838,18	118,0%
PATRIMONIAL	6.338,58	5.815,58	91,7%	10.434,88	9.791,82	93,8%
AGROPECUÁRIA	0,11	0,00	0,0%	0,22	0,00	0,8%
INDUSTRIAL	48,60	18,27	37,6%	83,47	33,15	39,7%
SERVIÇOS	123,32	118,62	96,2%	234,28	220,43	94,1%
TRANSF. CORRENTES	2.407,32	2.020,93	83,9%	4.944,40	4.297,80	86,9%
OUTRAS	407,44	512,20	125,7%	795,56	878,11	110,4%
INTRAORÇAMENTÁRIA	1.705,37	2.494,44	146,3%	3.477,74	4.175,67	120,1%

Fonte: SIA FERIO - 25/09/2019.

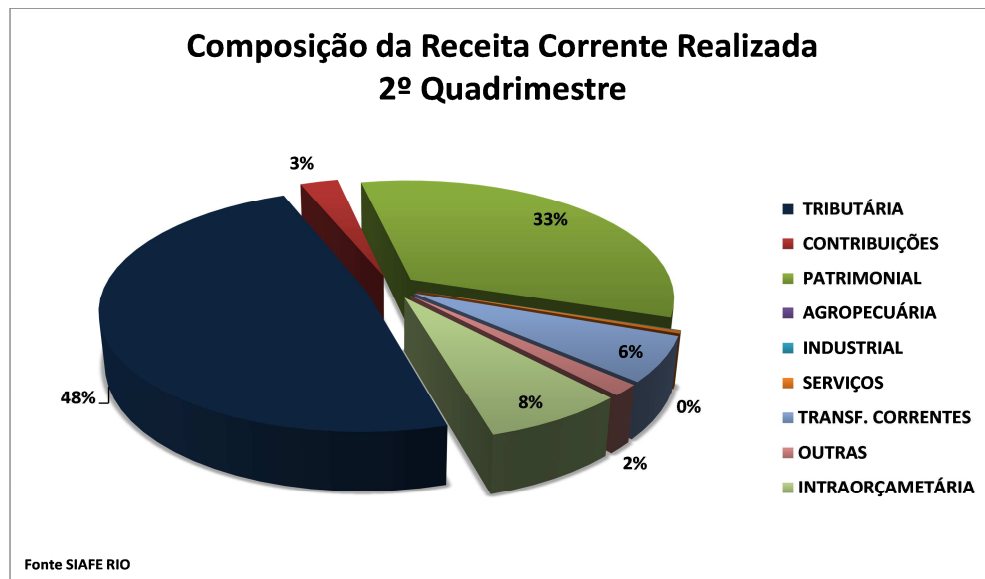
Nota: Segundo artigo 13º da LRF.

(1) Valores incluem Receitas Intraorçamentárias.

No âmbito das Receitas Correntes, no quadrimestre, cabe observar o desempenho da Receita Tributária, que totalizou R\$ 16.176,24 milhões, 98,0% da meta estabelecida. Entre os tributos do ERJ, o ICMS, principal fonte de receita do Estado, arrecadou R\$ 11.233,81 milhões, 94% da meta determinada. Mais informações acerca das Receitas Correntes na seção IV, deste Boletim

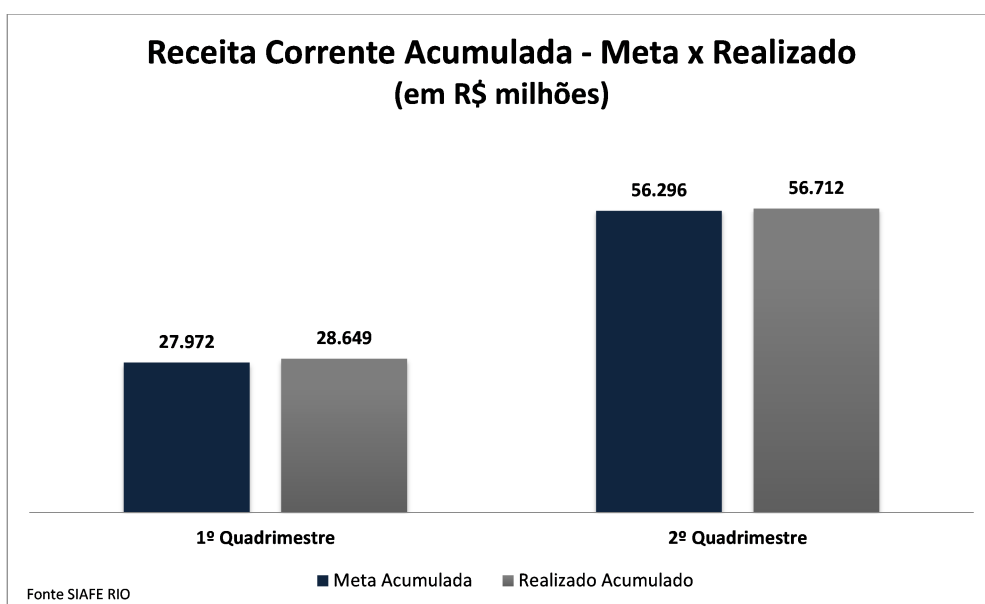
A Receita Corrente alcançou, no 2º quadrimestre de 2019, o valor de R\$ 28.063,53 milhões.

Gráfico 2



Com relação ao resultado acumulado no período de janeiro a agosto/2019, as receitas correntes totalizaram R\$ 56.712,20 milhões, o que equivale a 100,7% da meta estipulada. Este resultado, conforme citado anteriormente, ficou dentro das projeções realizadas. A Receita Tributária excedeu a meta em 2,0%, arrecadou até agosto o valor de R\$ 35.477,04 milhões.

Gráfico 3



**- Receita de Capital Realizada X Metas Estabelecidas****Quadrimestre: R\$ 91,06 milhões / 46,2% da meta realizada.****Acumulado: R\$ 145,93 milhões / 35,6% da meta realizada.****Tabela 3**

METAS DE ARRECADAÇÃO DA RECEITA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO EM 2019.

Metas de Receita

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECEITA (MAI - AGO) 2019	RECEITA REALIZADA (MAI - AGO) 2019	% REALIZADO SOBRE A META DO QUADRIMESTRE	META DE RECEITA (JAN - AGO) 2019	RECEITA REALIZADA (JAN - AGO) 2019	% REALIZADO SOBRE A META ACUMULADA
RECEITAS DE CAPITAL⁽¹⁾	196,97	91,06	46,2%	410,37	145,93	35,6%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	27,64	-	0,00	27,73	-
ALIENAÇÃO DE BENS	50,04	3,52	7,0%	100,04	3,56	3,6%
AMORT. EMPRÉSTIMOS	29,38	55,44	188,7%	59,14	100,60	170,1%
TRANSF. CAPITAL	117,55	4,35	3,7%	251,19	13,84	5,5%
OUTRAS		0,00	-		0,00	-
INTRAORÇAMENTÁRIA		0,11	-		0,20	-

Fonte: SIAFERIO - 25/09/2019.

Nota: Segundo artigo 13º da LRF.

(1) Valores incluem Receitas Intraorçamentárias.

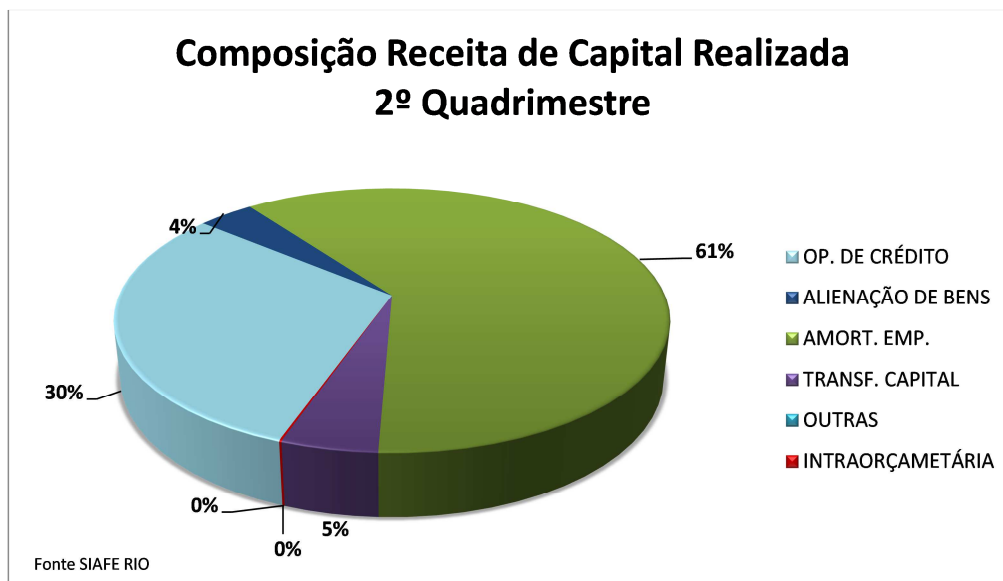
No 2º quadrimestre de 2019, as Receitas de Capital realizaram 46,2% da meta estimada para o período. Em valores absolutos: R\$ 91,06 milhões.

O baixo desempenho apresentado pelas Receitas de Capital ocorreu, principalmente, devido ao fraco resultado das Transferências de Capital que realizaram R\$ 4,35 milhões, apenas 3,7% do previsto. O baixo valor mencionado está diretamente relacionado com a redução do fluxo de repasses ligado a convênios com o governo federal.

A partir do Gráfico 4, é possível visualizar o detalhamento da Receita de Capital por origem e, também, a participação de cada uma delas no realizado. Já o gráfico 5 demonstra a evolução da Receita de Capital acumulada no dois quadrimestres de 2019.

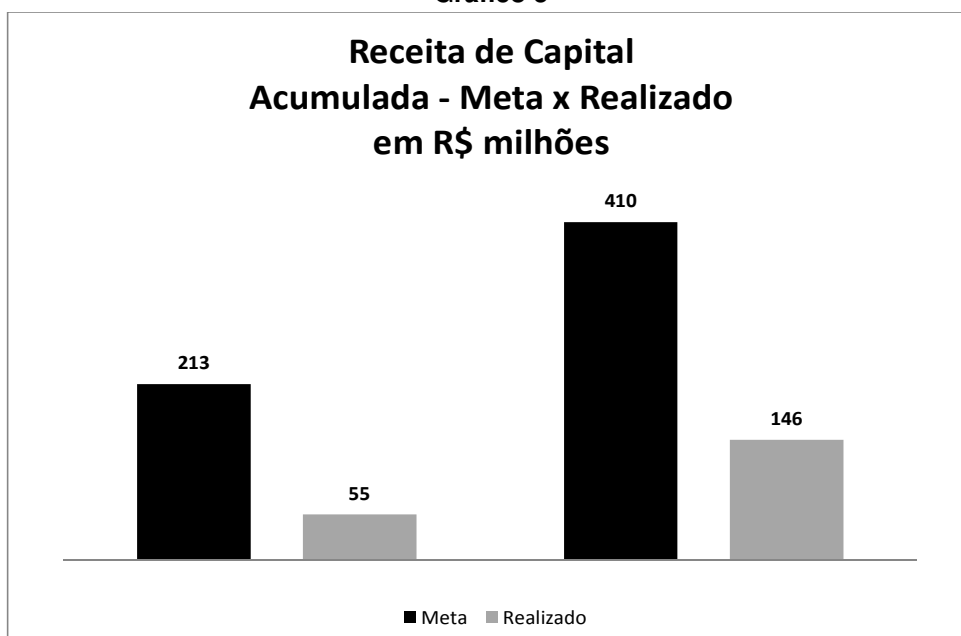
As receitas de capital atingiram o montante de R\$ 91,06 milhões no 2º quadrimestre 2019, o que representa 46,2% da meta proposta.

Gráfico 4



O resultado acumulado das receitas de capital totalizou R\$ 145,93 milhões, 35,6% da meta do período. Como citado anteriormente, as Transferências de Capital não ocorreram como o previsto, impactando tanto o resultado do período como o resultado acumulado.

Gráfico 5





Informações mais detalhadas estão comentadas na seção IV.II deste Boletim.

III. Resultados Fiscais³

Neste item, o montante da Receita não considera as Transferências aos Municípios e ao FUNDEB, por tratar-se de cumprimento de obrigação constitucional e legal.

A receita segue demonstrada pelo valor líquido com objetivo de evidenciar o financiamento dos gastos do Estado e sua capacidade de cumprir os pagamentos devidos.

III.I Resultado Orçamentário

Quadrimestre: R\$ 1.659,32 milhões / - 60,0%

Acumulado: R\$ 5.155,88 milhões / - 43,2%

Tabela 4

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO 2018 - 2019

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO QUADIM (MAI - AGO)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - AGO)		VAR %
	2018	2019		2018	2019	
I. RECEITA TOTAL (A)	23.032,19	22.494,49	-2,3%	46.433,22	44.175,13	-4,9%
I.1 RECEITA CORRENTE	21.204,55	19.909,00	-6,1%	40.039,44	39.853,53	-0,5%
I.2 RECEITA DE CAPITAL	102,05	90,94	-10,9%	2.969,55	145,73	-95,1%
I.3 RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA	1.725,58	2.494,55	44,6%	3.424,24	4.175,88	22,0%
II. DESPESA TOTAL (B)	18.882,71	20.833,01	10,3%	37.355,91	39.013,45	4,4%
II.1 DESPESA CORRENTE	16.855,51	17.813,08	5,7%	33.629,89	34.172,51	1,6%
II.2 DESPESA DE CAPITAL	444,54	468,32	5,3%	741,45	651,19	-12,2%
II.3 DESPESA INTRAORÇAMENTÁRIA	1.582,66	2.551,61	61,2%	2.984,57	4.189,75	40,4%
III. AMORT. DA DÍV. / REFINANCIAMENTO	2,09	2,16	-	7,21	5,80	0,0%
RES. ORÇAMENTÁRIO	4.147,38	1.659,32	-60,0%	9.070,09	5.155,88	-43,2%

Fonte: RREO - 4º Bimestre de 2019 emitido em 19/09/2019

O resultado orçamentário reflete o balanço orçamentário, relação numérica, entre as receitas e as despesas realizadas, que pode ser superavitário ou deficitário.

O resultado orçamentário, no 2º quadrimestre de 2019 foi superavitário em R\$ 1.659,32 milhões.

O resultado orçamentário, no 2º quadrimestre de 2019, foi positivo em R\$ 1.659,32 milhões, porém 60% inferior quando comparado ao

³ O Resultado Fiscal leva em conta as despesas apuradas até o final do prazo limite para a liquidação do orçamento de alguns itens, que ocorrem em janeiro do exercício subsequente, conforme definido no Decreto nº42/2010.



mesmo período de 2018. O ERJ continua mantendo os esforços para reequilibrar suas finanças e superar a forte crise que o acometeu nos últimos anos. Salientando que as medidas adotadas pelo ERJ, em função da assinatura do Plano de Recuperação Fiscal, são fundamentais para a melhora gradual da situação fiscal do Estado.

As receitas, no quadrimestre, totalizaram R\$ 22.494,49 milhões 2,3% inferior comparando-a ao 2º quadrimestre de 2018, que alcançou um valor elevado devido à importação de plataformas de petróleo naquele período. A despesa foi de R\$ 20.833,01 milhões, 10,3% superior ao alcançado no 2º quadrimestre do ano anterior.

As Receitas Correntes realizaram R\$ 19.909,00 milhões, enquanto as Despesas Correntes R\$ 17.813,08 milhões, gerando um superávit corrente de R\$ 2.095,91 milhões. Já as Receitas de Capital totalizaram R\$ 90,94 milhões enquanto as respectivas Despesas somaram R\$ 468,32 milhões, registrando um déficit de capital de R\$ 377,38 milhões.

No acumulado de 2019, o resultado orçamentário foi superavitário em R\$ 5.155,88, inferior 43,2% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. As receitas correntes realizaram R\$ 39.853,53 milhões, enquanto as despesas correntes R\$ 34.172,51 milhões, resultando um superávit corrente de R\$ 5.681,01 milhões. Já as receitas de capital somaram R\$ 145,73 milhões e as respectivas despesas totalizaram R\$ 651,19 milhões, levando a um déficit de capital de R\$ 505,46 milhões.

**III.II Resultado Primário****Quadrimestre: R\$ 1.265,86 milhões / 159,9%****Acumulado: R\$ 5.716,32 milhões / 437,1%****Tabela 5**

RESULTADO PRIMÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO 2019

ACIMA DA LINHA							
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até Ago/2019					
		RECEITAS REALIZADAS					
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL	60.189,03	39.570,26					

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até Abr/2019					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL	74.753,91	37.203,97	34.348,56	31.813,78	2.885,81	2,16	187,80

RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha							4.682,86
-------------------------------------	--	--	--	--	--	--	----------

Fonte: RREO - 4º Bimestre de 2019 emitido em 19/09/2019

O Resultado Primário retrata a capacidade de pagamento do Ente Federativo em cumprir seus compromissos. É calculado pela diferença entre as receitas não financeiras (não inclui recursos provenientes de operações de crédito, de receitas financeiras e de alienação) e as despesas não financeiras (exclui despesas com o serviço da dívida). Em 2018 ocorreu uma reformulação completa do modelo do demonstrativo e das orientações para sua elaboração na 8ª edição do MDF. Com a reformulação do demonstrativo também ocorreu uma ampliação do conceito do Resultado Primário que passou a contemplar o referido índice acima e abaixo da linha. O primeiro corresponde à diferença entre as receitas e despesas primárias do setor público, o segundo contempla a variação da dívida do governo. A intenção deste ponto do boletim é demonstrar o resultado das receitas e despesas do ERJ, por isso utilizaremos o conceito acima da linha.

Ressalta-se que esta parte do boletim, resultado primário, está fora do padrão de apresentação do mesmo, exibição dos resultados no período e no acumulado até o período. Isto ocorre porque o resultado primário trabalha com variáveis estoque, restos a pagar não processados, que são medidas num determinado ponto no tempo. Por isso não há que se falar destas variáveis durante o período, somente no final deste.

O ERJ obteve um resultado primário positivo de R\$ 4.682,86 milhões no acumulado anual.



Até agosto, o resultado primário foi positivo. A receita primária total foi superior a despesa primária total em R\$ 4.682,26 milhões. Quando comparado ao mesmo período do ano anterior, o resultado primário apresentou uma queda de 10,68% em relação a 2018, que pode ser atribuído ao desempenho mais fraco do ICMS no ano corrente e ao aumento da despesa. A receita primária total atingiu o montante, até o momento, de R\$ 39.570,26 milhões resultado inferior 4,83% quando comparado ao mesmo período do ano anterior, pelo motivo exposto anteriormente. A despesa primária total, que contempla as despesas pagas, os restos a pagar processados e pagos e os restos a pagar não processados liquidados e pagos, totalizou R\$ 34.889,55 milhões, valor 3,98% inferior ao pago em 2018. Neste caso, o valor pago a menor em 2019 está relacionado ao menor pagamento de restos a pagar processados.

**Cronograma de Desembolso do Estado do RJ**

Até este segundo quadrimestre de 2019, a dotação autorizada foi expandida em R\$ 1,40 bilhão em razão de incorporação de superávit financeiro e abertura de créditos orçamentários. Entretanto, do orçamento autorizado (R\$ 81,78 bilhões), R\$ 14,27 bilhões encontram-se contingenciados por medida de cautela em virtude das projeções de receita e perspectivas da conjuntura econômica. O controle das contas públicas vem sendo realizado com alinhamento orçamentário e financeiro, buscando equilibrar as despesas autorizadas com a capacidade de pagamento do Estado.

A Tabela 6 sintetiza os dados apresentados. Essa análise não considera os valores referentes às empresas controladas não dependentes (CEDAE e Imprensa Oficial), mas inclui as despesas intra-orçamentárias.

Até o segundo quadrimestre de 2019, a meta de execução foi de R\$ 39,16 bilhões, conforme divulgado no Cronograma de Desembolso (Resolução SEFAZ Nº 07 de 24 de janeiro de 2019). Neste período, a despesa realizada foi de R\$ 36,01 bilhões e os Restos a Pagar (RP), inscritos no exercício de 2018 e pagos em 2019, corresponderam à soma de R\$ 2,93 bilhões. Assim sendo, a despesa total realizada foi de R\$ 38,95 bilhões, uma pequena variação negativa de 0,6% em relação ao previsto no Cronograma de Desembolso supracitado.

A Tabela 7 sintetiza a execução orçamentária e financeira do período de acordo com a meta de execução:

Tabela 6 – LOA para 2019

Valores em R\$

Lei Orçamentária do ERJ		
Análise do Orçamento ao longo do Exercício		
JANEIRO - AGOSTO		
DOTAÇÃO	INICIAL	80.373.868.770
	ATUAL	81.775.295.210
	DISPONÍVEL	67.508.487.999
CONTINGENCIADO		14.266.807.211
EXPANSÃO ORÇAMENTÁRIA		1.401.426.440

Fonte: SIAFE Rio / Flexvision

Obs: Dados extraídos em 24/09/2019

*Exclui as Empresas Independentes (CEDAE, Imprensa Oficial)

Tabela 7– Cronograma de Desembolso

R\$ Milhões

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - METAS DE EXECUÇÃO (art.8º/ LRF)*				
ATÉ O 2º QUADRIMESTRE				Variação %
METAS DE EXECUÇÃO**	DESP. ORÇAM. REALIZADA	RP 2018 PAGO***	DESP. TOTAL REALIZADA	
39.162	36.012	2.933	38.946	-0,6%

Fonte: SIAFE Rio / Flexvision

Obs: Dados extraídos em 24/09/2019

*Exclui CEDAE & Imprensa Oficial / Considerada a despesa paga

**Fonte: Resolução SEFAZ nº 07 de 24/1/2019.

***Considerado apenas o pagamento de RP inscrito em 2018.

As despesas realizadas no período são analisadas com maior detalhamento no próximo item deste Boletim (parte V).

IV. Receita Estadual⁴⁵

Quadrimestre: R\$ 22.494,49 milhões / - 2,3%⁶

Acumulado: R\$ 44.175,13 milhões / - 4,9%

Tabela 8
DECOMPOSIÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA, 2018/2019.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO QUADRIMESTRAL (MAIO - AGO)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - AGO)		VAR %
	2018	2019		2018	2019	
Total	23.032,19	22.494,49	-2,3%	46.433,22	44.175,13	-4,9%
REC. CORRENTE	26.953,48	25.569,09	-5,1%	52.461,96	52.536,52	0,1%
REC. CAPITAL	102,05	90,94	-10,9%	2.969,55	145,73	-95,1%
REC. INTRAORÇAMENTÁRIA	1.725,58	2.494,55	44,6%	3.424,24	4.175,88	22,0%
DEDUÇÕES (REF. A REC. CORRENTE)	-5.748,93	-5.660,10	-1,5%	-12.422,52	-12.683,00	2,1%

Fonte: SIAFERIO em 25/09/2019.

A Tabela 8 demonstra a Receita Total arrecadada pelo Estado no segundo quadrimestre de 2019 a qual representa decréscimo de R\$ 537,70 milhões, justificada na receita corrente. O resultado acumulado segue tendência quadrimestral, motivado pelo resultado da Receita de Capital.

Os desempenhos da Receita Corrente e da Receita de Capital, serão analisados nas seções IV.I e IV.II, respectivamente.

No acumulado de 2019, a Receita de Capital apresentou decréscimo de R\$ 2.823,82 milhões. O resultado da Receita Estadual decresceu 4,9% no período.

⁴ Desta seção em diante, todas as tabelas levam em consideração as Receitas e Despesas do RIOPREVIDÊNCIA.

⁵ A classificação orçamentária por Natureza de Receita é estabelecida pelo § 4o do art. 11 da Lei no 4.320, de 1964. No âmbito da União, sua codificação é normatizada por meio de Portaria da SOF, órgão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. A normatização da codificação válida para Estados e Municípios é feita por meio de Portaria Interministerial (SOF e STN). Importante destacar que a classificação da receita por natureza é utilizada por todos os entes da Federação e visa identificar a origem do recurso segundo o fato gerador, acontecimento real que ocasionou o ingresso da receita nos cofres públicos. (Fonte: MTO-2018)

A partir de 2018 o código da natureza da receita passa a ser constituído por dez algarismos, cujo detalhamento é apresentado no Glossário deste Boletim.

⁶ As informações representam: a arrecadação no período; e a variação percentual comparado ao mesmo período do ano anterior.



IV.I Receitas Correntes

Quadrimestre: R\$ 25.569,09 milhões / - 5,1%

Acumulado: R\$ 52.536,52 milhões / + 0,1%

Tabela 9

RECETA CORRENTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2018/2019.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO QUADRIMESTRAL (MAIO - AGO)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - AGO)		VAR %
	2018	2019		2018	2019	
REC. CORRENTE	26.953,48	25.569,09	-5,1%	52.461,96	52.536,52	0,1%
TRIBUTÁRIA	16.860,27	16.176,34	-4,1%	35.505,22	35.477,04	-0,1%
CONTRIBUIÇÕES	993,76	907,15	-8,7%	1.875,59	1.838,18	-2,0%
PATRIMONIAL	6.300,39	5.815,58	-7,7%	9.511,98	9.791,82	2,9%
AGROPECUÁRIA	0,01	0,00	-100,0%	0,04	0,00	-95,4%
INDUSTRIAL	32,58	18,27	-43,9%	33,95	33,15	-2,3%
DE SERVIÇOS	126,64	118,62	-6,3%	208,21	220,43	5,9%
TRANSF. CORRENTES	2.161,27	2.020,93	-6,5%	4.473,02	4.297,80	-3,9%
OUTRAS CORRENTES	478,56	512,20	7,0%	853,97	878,11	2,8%

Fonte: SIAFERIO em 25/09/2019.

A Receita Tributária se destaca contribuindo significativamente para o resultado negativo da Receita Corrente durante o 2º quadrimestre de 2019 (- R\$ 1.384,39 milhões). Esse desempenho se propaga para o resultado acumulado, que apresentou um modesto acréscimo de R\$ 74,56 milhões no período considerado.

Tanto a Receita Tributária quanto a de Contribuições e Patrimonial, que são importantes influenciadores no resultado da Receita Corrente e que também apresentaram retração no quadrimestre, serão analisadas mais adiante.

A Receita Corrente apresentou decréscimo, sendo o desempenho da Receita Tributária a principal fonte influenciadora no resultado quadrimestral.



IV.1.1 Receita Tributária

Quadrimestre: R\$ 16.176,34 milhões / - 4,1%

Acumulado: R\$ 35.477,04 milhões / - 0,1%

Tabela 10

RECEITA TRIBUTÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2018/2019.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO QUADRIMESTRAL (MAIO - AGO)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - AGO)		VAR %
	2018	2019		2018	2019	
RECEITA TRIBUTÁRIA	16.860,27	16.176,34	-4,1%	35.505,22	35.477,04	-0,1%
ICMS	12.276,79	11.233,81	-8,5%	23.958,99	23.691,55	-1,1%
Adicional do ICMS	1.592,80	1.489,09	-6,5%	3.178,43	3.158,88	-0,6%
IRRF	1.131,21	1.349,36	19,3%	2.412,22	2.371,54	-1,7%
IPVA	360,06	331,69	-7,9%	2.641,15	2.670,37	1,1%
ITD	321,87	337,47	4,8%	740,85	656,67	-11,4%
Multas e Juros	180,51	114,11	-36,8%	393,00	325,13	-17,3%
Dívida Ativa	73,04	142,57	95,2%	145,71	249,52	71,3%
Taxas	923,97	1.178,24	27,5%	2.034,87	2.353,37	15,7%

Fonte: SIAFERIO em 25/09/2019.

A Receita Tributária arrecadada, no segundo quadrimestre de 2019, apresentou queda de R\$ 683,92 milhões, em comparação ao mesmo período de 2018. A variação negativa se deu pela base de comparação inflada do ICMS, através de sucessivas receitas extraordinárias obtidas pelo ERJ por meio da importação de três plataformas de petróleo pela Petrobrás, algo em torno de R\$ 660 milhões, que ingressaram nos cofres públicos entre os meses de julho e agosto do ano passado. O FECF, por se tratar de tributo intimamente ligado ao ICMS, seguiu a tendência deste. Já o IRRF e as Taxas contribuíram positivamente para a atenuação da queda do período. Não menos importante, apesar de nenhuma influência sobre a queda do período, torna-se imperioso ressaltar, novamente nesta edição, a mudança na classificação da estrutura de contas das Receitas Tributárias, de acordo com a 7ª edição do MCASP (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público), que passou a incluir, a partir do início de 2018, as parcelas dos juros, multas de mora e dívida ativa dos tributos, antes classificados como Outras Receitas Correntes. Esse grupo de receitas apresentou valor aproximado de R\$ 256,68 milhões no atual quadrimestre.



No acumulado de janeiro a agosto de 2019, a variação da arrecadação da Receita Tributária foi negativa em R\$ 28,18 milhões, comparativamente ao ano anterior. Tal queda, bem mais discreta que a do período, é fruto de um primeiro quadrimestre animador, mas que não foi suficiente para dar o estofamento necessário ao não conseguir cobrir as receitas extraordinárias supracitadas. Em relação aos demais, destaque positivo para as Taxas e as Dívidas Ativas Inscritas.

– Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS):

Quadrimestre: R\$ 11.233,81 milhões / - 8,5%

Acumulado: R\$ 23.691,55 milhões / - 1,1%

A arrecadação de ICMS apresentou queda expressiva no segundo quadrimestre de 2019, com o decréscimo de R\$ 1.042,98 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior. Cumpre salientar, novamente, que a importação das quatro plataformas pela Petrobrás, a qual gerou receita de ICMS extraordinária, de aproximadamente R\$ 660 milhões em julho e agosto do período passado, influiu, de sobremaneira, a base de comparação, refletindo, por conseguinte, no mau desempenho do período atual. Chama a atenção também a queda da arrecadação dos principais setores econômicos do Estado, tais como o ICMS das Indústrias de Transformação e o ICMS da Eletricidade e do Gás.

Figura 1

Execução > Execução Financeira > Guia de Recolhimento > Visualizar Guia de Recolhimento

Visualizar Guia de Recolhimento

Identificação

Status do documento Contabilizado

* Data Emissão 10/07/2019 Data de lançamento 11/07/2019 06:01:27 Número 2019GR25979

Data de recolhimento 10/07/2019 Tipo de Documento Orgamentário

* UG Emitente 999900 TESOIRO ESTADUAL

Estorno ____

* Domicílio Bancário 237 - 6898 - 0000000027 - ERJ TESOIRO ESTADO CONTA UNICA (Conta Unica)

UG 2 999900 TESOIRO ESTADUAL Domicílio Bancário - Seleção -

UG Orgamentária 999900 TESOIRO ESTADUAL

Detalhamento

Orgamentárias

Extra-orgamentárias

Processo

Observação

Espelho Contábil

Histórico

Conteúdo

Insertir

Alterar

Visualizar

Excluir

Conteúdo

Item Patrimonial

Operação Patrimonial

Natureza da receita

Credor

Classificação Complementar

Regras de Dedução

Valor

Receita de Tributos - ICMS

4764 - ICMS

3300 - Classificação da receita

1118021101

01. 1.1. 0337. 1.2019

ICMS - COTA-PARTE DOS MUNICIPIOS - 9118021105 (20,00%) + ICMS - FUNDEB - ESTADO - 9118021110 (15,00%) + ICMS - FUNDEB - MUNICIPIOS - 9118021105 (5,00%)

40.668.374,59

Importação da Receita

Execução > Execução Financeira > Importação da Receita

Filtro

Conteúdo

Remover limite

Arrecadar

Classificar

Apostilar

Prévia

Arrecadação

Classificação

Apostilamento

Atualizar

Imprimir

Conteúdo

Horário recebimento

Sistema

Sequencial

Fato

Unidade Gestora

Código da Receita

Campo Receita

UG Depositante

Data Arrecadação

Data Recolhimento

Data Apostilamento

GR Arrecadação

GR Classificação

Previs Gerada

Valor

Erro

10/07/2019 12:04:19

1 - ARR

638.750

Apostilamento

999900

7501 - ICMS FECP

1 - Principal

05/06/2019

07/06/2019

10/07/2019

2019GR25985

Não

-40.668.374,59

10/07/2019 12:04:17

1 - ARR

638.749

Apostilamento

999900

0337 - ICMS ENERGIA ELETRICA

1 - Principal

05/06/2019

07/06/2019

10/07/2019

2019GR25979

Não

40.668.374,59

Fonte: SiafeRio



No acumulado, a queda foi mais discreta que no quadrimestre, R\$ 267,44 milhões, tendo em vista os mesmos motivos supracitados.

O ICMS, a seguir, é analisado por setor econômico através da classificação disponível no Sistema de Arrecadação da Secretaria de Estado de Fazenda (Fonte: IBM *Cognos Viewer* - Arrecadação por Seção e Divisão). Destacam-se os grupos que obtiveram maior participação no total das receitas do ICMS:

ICMS Indústrias de Transformação (Participação Acumulada → 28,73%)

2º Quadrimestre: - 14,64%

Acumulado: + 1,41%

A robusta variação negativa do período foi significativamente influenciada pelas seções de Fabricação de Coque, de Produtos Derivados do Petróleo e de Biocombustíveis, seguidos pela Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios, quase suplantando a variação positiva do primeiro quadrimestre.

ICMS Eletricidade e Gás (Participação Acumulada → 18,68%)

2º Quadrimestre: - 13,48%

Acumulado: + 1,64%

Mais um setor de grande destaque responsável pela queda da arrecadação do segundo quadrimestre. A seção de Distribuição de Energia Elétrica, responsável direto pelas alavancagens do setor, nesse período teve forte queda, entretanto a seção de Geração de Energia, conseguiu se manter, atenuando, portanto, a queda do setor.

ICMS Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas (Participação Acumulada → 28,61%)

2º Quadrimestre: + 3,27%

Acumulado: - 1,90%

O discreto aumento no quadrimestre do setor ocorreu em função do aumento no Comércio Varejista, atenuando, assim, a queda do



acumulado, provocado pelo Comércio Atacadista, excluídos os veículos automotores e motocicletas.

ICMS Informação e Comunicação (Participação Acumulada → 9,14%)

2º Quadrimestre: - 5,05%

Acumulado: - 5,35%

O resultado, no quadrimestre e no acumulado, deve-se a Telecomunicações. A queda deste setor está diretamente relacionada à Telefonia Móvel Celular, atenuada pelo aumento do Serviço de Telefonia Fixa Comutada, neste quadrimestre.

- Adicional do ICMS - FECP (Fundo Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais)

2º Quadrimestre: R\$ 1.489,09 milhões / - 6,5%

Acumulado: R\$ 3.158,88 / - 0,6%

A receita do FECP, no 2º quadrimestre de 2019, obteve variação negativa de R\$ 103,71 milhões em relação ao mesmo período de 2018. Parte dessa queda está relacionada a “apostilamentos” no período, tendo em vista que cerca de R\$ 32 milhões foram remanejados de códigos de receita do FECP para os códigos do ICMS. O setor que mais contribuiu para a variação negativa foi o da Indústria de Transformação conjuntamente ao de Eletricidade e Gás. No acumulado, a variação foi negativa em R\$ 19,54 milhões, com destaque negativo para o setor de Comércio; Reparação de Veículos e Automotores.

- Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA⁷):

2º Quadrimestre: R\$ 331,69 milhões / - 7,9%

Acumulado: R\$ 2.670,37 milhões / + 1,1%

No segundo quadrimestre de 2019, o IPVA apresentou queda de R\$ 28,37 milhões em relação a 2018. A arrecadação do imposto vem em franco declínio, no período, a partir de 2017, quando, em função da

⁷ De forma geral, a receita de IPVA fica concentrada amplamente nos primeiros meses do ano, quando do vencimento das placas dos veículos usados, restante do ano, a receita provém principalmente do pagamento do IPVA dos veículos novos, do pagamento de débitos atrasados dos veículos usados e das eventuais cobranças coletivas organizadas pela SEFAZ-RJ.

Lei n.º 7.158/2015 (Recupera Rio de Janeiro), do Decreto n.º 45.645/2016 e da Resolução SEFAZ n.º 1.007/2016, concedeu o parcelamento com a exclusão dos encargos moratórios a contribuintes com dívidas de IPVA, motivando-os a recolher o referido imposto, afetando a base comparativa quadrimestral. Soma-se a isso, a entrada em vigência da Lei 7.718/2017 que autorizou a vistoria veicular sem necessidade do contribuinte estar adimplente com o referido imposto. O acumulado, na contra mão, variou positivamente, porém de maneira discreta, em R\$ 29,22 milhões, que teve na arrecadação do mês de Janeiro a base para essa pequena superioridade. Portanto, não houve grandes alterações do período presente em relação ao anterior, tendo em vista a representatividade residual do período em questão, em função da sazonalidade do referido imposto.

– Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e por Doação (ITD):

2º Quadrimestre: R\$ 337,47 milhões / + 4,8%

Acumulado: R\$ 656,67 milhões / - 11,4%

A variação positiva, neste 2º quadrimestre, de R\$ 15,60 milhões, mantém a tendência de crescimento do referido imposto, observada a partir de março desse ano. Entretanto, no acumulado, com a variação negativa de R\$ 84,17 milhões, a tendência de crescimento não foi suficiente, até então, para suprir a queda promovida pelos dois primeiros meses de 2019, tendo em vista a base de comparação inflada do respectivo período, pela antecipação dos contribuintes à majoração da alíquota promovida em meados de fevereiro do ano passado.

- Dívida Ativa:

2º Quadrimestre: R\$ 142,57 milhões / + 95,2%

Acumulado: R\$ 249,52 milhões / + 71,3%

O excelente desempenho da Dívida Ativa, que representou uma variação positiva de R\$ 69,52 milhões do período em relação ao mesmo período do ano passado, ainda é consequência do Programa de Refinanciamento da Dívida Tributária do ICMS – REFIS, já que parte da referida dívida foi objeto de parcelamento, conforme dispõe a Lei Complementar nº 182/18 e o respectivo Decreto 46.453.



No acumulado, a mesma tendência é observada, tendo em vista a variação positiva de R\$ 103,82 milhões .

– Multas e Juros:

2º Quadrimestre: R\$ 114,11 milhões / - 36,8%

Acumulado: R\$ 325,13 milhões / - 17,3%

A robusta variação negativa de R\$ 66,40 milhões no quadrimestre, na Receita de Multas e Juros, em relação ao quadrimestre anterior, está diretamente relacionada à mudança na classificação , da multa relacionada à Lei Complementar 134/2009 – Lei do FAF, quanto a sua Natureza de Receita, de Receita Tributária para Outras Receitas Correntes, tendo em vista a mudança de entendimento de que a mesma trata-se de multa não formal. Cumpre salientar também que, segundo a Subsecretaria de Arrecadação – SUAR - dessa Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, apesar de fazer parte do Programa de Refinanciamento da Dívida Tributária do ICMS – REFIS, a sua falta de correspondência com o a variação positiva da Dívida Ativa no período, já que ambas são receitas acessórias e objetos do mesmo REFIS; uma vez parceladas, aquelas são transferidas para códigos de receita da parcela principal do seu respectivo tributo. Portanto, essa rubrica não perfaz as Multas e Juros incluídas no Programa de Parcelamento supracitado.

No acumulado, a robusta queda do quadrimestre atual foi marcante, praticamente em função deste, em R\$ 67,87 milhões.

– Imposto de Renda (IRRF):

2º Quadrimestre: R\$ 1.349,36 milhões / + 19,3%

Acumulado: R\$ 2.371,54 / - 1,7%

A variação positiva de R\$ 218,15 milhões do Imposto de Renda no 2º quadrimestre de 2019 e negativa de R\$ 40,68 milhões no acumulado está relacionado aos ajustes no fluxo de repasses do RIOPREVIDÊNCIA em período diverso do exercício anterior. A adaptação do cronograma de repasses é vital ao equilíbrio financeiro do Estado no pagamento de inativos e pensionistas.



– Taxas:

2º Quadrimestre: R\$ 1.178,26 milhões / + 27,5%**Acumulado: R\$ 2.353,39 milhões / + 15,7%****Tabela 11**

RECEITA DE TAXAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2018/2019.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO QUADRIMESTRAL (JAN - ABR)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - ABR)		VAR %
	2018	2019		2018	2019	
Taxas	923,97	1.178,26	27,5%	2.034,87	2.353,39	15,7%
Taxas de Fiscalização	107,82	278,91	158,7%	474,74	591,89	24,7%
Taxa de Fiscalização de Trânsito	86,96	253,45	191,5%	436,84	543,52	24,4%
Outras	20,86	19,88	-4,7%	37,90	57,78	52,4%
Taxas pela Prestação de Serviços	816,15	899,35	10,2%	1.560,13	1.761,50	12,9%
Emolumentos e Custas Judiciais	3,48	4,70	35,2%	6,59	9,26	40,4%
Emolumentos e Custas Extrajudiciais	6,78	8,42	24,1%	12,68	15,94	25,7%
Taxa de Serviços de Trânsito ⁽¹⁾	249,03	448,91	80,3%	631,34	789,11	25,0%
Taxa de Serviços-Prevenção/Extinção de Incêndio	193,62	64,69	-66,6%	207,81	244,76	17,8%
Outras Taxas pela Prestação de Serviços	363,24	372,64	2,6%	701,70	702,44	0,1%

Fonte: SIAFERIO em 25/09/2019.

Nota: (1) Taxas do DETRAN

O bom desempenho no segundo quadrimestre, traduzido pela variação positiva de R\$ 254,28 milhões, em relação ao mesmo quadrimestre do ano anterior, está diretamente relacionado ao aumento na arrecadação das Taxas de Serviço de Trânsito do Detran e pela Taxa de Fiscalização de Trânsito.

No acumulado, a variação positiva de R\$ 318,52 milhões foi alavancada pelas mesmas taxas acima apontadas.



IV.1.2 Receita Patrimonial e Royalties

Quadrimestre: R\$ 5.815,58 milhões / -7,7%

Acumulado: R\$ 9.791,81 milhões / + 2,9%

Tabela 12

RECETA PATRIMONIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2018/2019.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO QUADRIMESTRAL (MAIO - AGO)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - AGO)		VAR %
	2018	2019		2018	2019	
RECEITA PATRIMONIAL	6.300,37	5.815,58	-7,7%	9.511,96	9.791,81	2,9%
Petróleo	5.985,37	5.597,55	-6,5%	8.957,00	9.387,14	4,8%
Royalties	1.402,05	1.547,57	10,4%	2.534,61	2.857,33	12,7%
Part. Especial	4.579,79	4.045,75	-11,7%	6.415,99	6.521,37	1,6%
FEP	3,53	4,23	19,7%	6,40	8,45	31,9%
Delegação de Serviços Públicos	26,85	30,06	11,9%	54,80	55,61	1,5%
Receitas Financeiras	254,68	160,29	-37,1%	435,43	291,68	-33,0%
Outras Rec. Patrimoniais	33,47	27,68	-17,3%	64,72	57,38	-11,3%

Fonte: SIAFERIO em 25/09/2019.

A Receita Patrimonial decresceu R\$ 484,79 milhões em relação ao 2º quadrimestre do exercício passado. O decréscimo está concentrado na Receita de Petróleo (- R\$ 387,82 milhões), da qual o acréscimo nas receitas Royalties foi contraposto pela redução das receitas de Participações Especiais. No acumulado, a Receita Patrimonial proporcionou acréscimo de R\$ 279,85 milhões, suportado pelo resultado acumulado positivo da Receita de Petróleo.

- **Petróleo:** As receitas pela extração de petróleo e gás decresceram no 2º quadrimestre de 2019 dada a variação negativa do preço do Brent, além da queda de receita de Participações Especiais.

A Petrobras está contestando judicialmente a divisão da ANP de dois campos do ERJ pagadores de Participações Especiais, sendo um deles o principal pagador de PE para o ERJ, exercendo, assim, forte influência no decréscimo da receita de Participações Especiais (- R\$ 534,04 milhões) devido a valores depositados em juízo. Já a variação cambial e a produção influenciaram o acréscimo nas receitas de Royalties (+ R\$ 145,52 milhões) no quadrimestre.



No acumulado, a Receita de Petróleo apresentou acréscimo de R\$ 430,14 milhões, distribuídos principalmente entre Royalties (+ R\$ 322,72 milhões) e Participações Especiais (+ R\$ 105,38 milhões).

Tabela 13
Participação Governamental do Petróleo

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO QUADRIMESTRAL (MAIO - AGO)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-AGO)		VAR %
	2018	2019		2018	2019	
Produção (milhões de m³)	35,15	37,28	6,0%	69,52	73,15	5,2%
Brent (US\$)	72,38	68,23	-5,7%	68,88	64,14	-6,9%
Taxa de Câmbio (R\$/US\$)	3,52	3,90	10,7%	3,39	3,85	13,8%

Fontes: Produção: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP. Brent: Energy Information Administration, EIA. Câmbio: Ipeadata.

Nota: O pagamento dos royalties ocorre dois meses após a extração do petróleo. Sendo assim, para a análise das entradas de receita do 2º Quadrimestre de 2019 são apresentados os dados de produção de Março de 2019 a Junho de 2019.

Ainda segundo dados da ANP, a produção do Rio de Janeiro correspondeu a 73,8% da produção total brasileira.

Gráfico 6

Participação do ERJ na Produção Nacional de Petróleo
Jan/2019 a Jul/2019



Fonte: ANP
www.anp.gov.br
Ago/2019

IV.1.3 Demais Receitas Correntes⁸

Quadrimestre: R\$ 1.556,17 milhões / - 4,6%

Acumulado: R\$ 2.969,80 milhões / - 0,1%

Tabela 14

DEMAIS RECETAS CORRENTES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2018/2019.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO QUADRIMESTRAL (MAIO - AGO)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - AGO)		VAR %
	2018	2019		2018	2019	
DEMAIS RECETAS CORRENTES	1.631,54	1.556,17	-4,6%	2.971,73	2.969,80	-0,1%
Receita de Contribuições	993,76	907,15	-8,7%	1.875,59	1.838,18	-2,0%
Receita Agropecuária	0,01	0,00	-100,0%	0,04	0,00	-95,4%
Receita Industrial	32,58	18,27	-43,9%	33,95	33,15	-2,3%
Receita de Serviços	126,64	118,62	-6,3%	208,21	220,43	5,9%
Multas e Juros de Mora*	84,15	147,19	74,9%	155,60	213,85	37,4%
Dívida Ativa*	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-
Indenizações e Restituições	191,73	31,66	-83,5%	291,71	95,53	-67,3%
Receitas Diversas	202,66	333,30	64,5%	406,64	568,65	39,8%

Fonte: SIAFERIO em 25/09/2019.

Nota Explicativa: Os valores de Multas, Juros e Dívida Ativa Tributária estão classificados, a partir do exercício de 2018, em Receitas Tributárias segundo a 7ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

As Demais Receitas Correntes, detalhadas na Tabela 14, decresceram no 2º quadrimestre de 2019 (- R\$ 75,36 milhões). No acumulado, o decréscimo apresentado é de R\$ 1,93 milhões. As receitas que a compõem são detalhadas a seguir:

– **Receitas de Contribuições:** são receitas originárias das Contribuições Previdenciárias do Regime Próprio de Servidores Ativos e Inativos Cíveis e sua variação relaciona-se com a folha de pagamento. No 2º quadrimestre de 2019, houve decréscimo de R\$ 86,61 milhões em parte relacionado à redução do montante arrecadado de Contribuições específicas para Previdência Militar de

⁸ A classificação orçamentária por Natureza de Receita é estabelecida pelo § 4º do art. 11 da Lei no 4.320, de 1964. No âmbito da União, sua codificação é normatizada por meio de Portaria da SOF, órgão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. A normatização da codificação válida para Estados e Municípios é feita por meio de Portaria Interministerial (SOF e STN). Importante destacar que a classificação da receita por natureza é utilizada por todos os entes da Federação e visa identificar a origem do recurso segundo o fato gerador, acontecimento real que ocasionou o ingresso da receita nos cofres públicos. (Fonte: MTO-2018)

A partir de 2018 o código da natureza da receita passa a ser constituído por dez algarismos, cujo detalhamento é apresentado no Glossário deste Boletim.



Estados, DF e Municípios e, em menor escala, consequência do acerto do fluxo financeiro de repasses entre o Tesouro e o RIOPREVIDÊNCIA.

No acumulado a receita decresceu em R\$ 37,40 milhões

– **Receita Industrial:** Observa-se decréscimo concentrado na Indústria de Produtos Farmacêuticos e Veterinários gerada pelo Instituto Vital Brazil. No quadrimestre, a Receita Industrial apresentou contração de R\$ 14,32 milhões.

O resultado acumulado também apresenta retração, porém com menor intensidade (- R\$ 0,79 milhões).

– **Receita de Serviços:** O resultado no 2º quadrimestre decresceu R\$ 8,03 milhões, influenciado fortemente pelos Serviços de Informação e Tecnologia, sendo que os Serviços e Atividades Referentes à Saúde atenuaram o resultado negativo.

No acumulado, temos um acréscimo de receita de R\$ 12,21 milhões, capitaneado pelos Serviços e Atividades Referentes à Saúde.

– **Indenizações e Restituições:** Apresentam, no 2º quadrimestre de 2019, queda de R\$ 160,07 milhões em relação ao mesmo período de 2018. A queda é resultado do decréscimo das Receitas de Restituições.

O resultado acumulado acompanha o resultado quadrimestral, apresentando queda de R\$ 196,18 milhões.

– **Multas e Juros de Mora:** houve acréscimo de R\$ 63,04 milhões na receita de Multas e Juros de Mora, relacionada à arrecadação de multas de natureza não formal dos tributos. Vale lembrar que a mudança da classificação contábil de algumas naturezas de multas e juros de mora, relativos aos tributos, passaram a classificar seus montantes como Receita Tributária a partir de 2019.

O resultado acumulado acompanha o quadrimestral, com acréscimo de R\$ 58,25 milhões.

– **Receitas Diversas:** apresentaram no 2º quadrimestre de 2019 um acréscimo de R\$ 130,64 milhões, relacionado às Receitas de Compensações Financeiras e a Demais Receitas Primárias.

No acumulado o acréscimo foi de R\$ 162,01 milhões.



As principais receitas que compõem esse grupo são:

- Os recursos do RIOPREVIDÊNCIA que participam com 24% do valor total da arrecadação desse grupo. Parte são recursos repassados pelo DETRAN, nos termos da Lei 7.391/2016, para adimplir o pagamento de seus inativos e pensionistas que integram o sistema previdenciário gerenciado pelo RIOPREVIDÊNCIA. O restante é originário de Compensações Financeiras entre o Regime Geral e o RPPS;

- Os recursos do Tribunal de Justiça com 31%, referentes às receitas de arrecadação própria, basicamente originárias dos Cartórios;

- Os recursos da LOTERJ com 26%, referente a receitas de arrecadação própria: loteria esportiva, venda de bilhetes, apostas, etc.

O restante está pulverizado em diversas Unidades Orçamentárias, sendo essas receitas consideradas também como arrecadação própria, resultado de esforço do órgão no exercício de sua atividade fim.



IV.1.3.1 Receita de Transferências

Quadrimestre: R\$ 2.020,91 milhões / -6,5%

Acumulado: R\$ 4.297,77 / -3,9%

Tabela 15

RECETA DE TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2018/2019.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO QUADRIMESTRAL (MAIO - AGO)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - AGO)		VAR %
	2018	2019		2018	2019	
RECETA DE TRANSFERÊNCIAS	2.161,27	2.020,91	-6,5%	4.473,01	4.297,77	-3,9%
Transf da União	1.251,56	1.192,25	-4,7%	2.600,42	2.455,13	-5,6%
FPE	475,55	507,60	6,7%	978,11	1.076,59	10,1%
IPi exp	326,94	301,70	-7,7%	658,80	603,13	-8,4%
IOF	0,02	0,01	-47,5%	0,03	0,02	-23,0%
CIDE	17,94	9,32	-48,1%	56,72	29,76	-47,5%
SUS	237,46	227,04	-4,4%	507,12	452,37	-10,8%
Salário Educação	112,59	103,86	-7,8%	249,00	222,03	-10,8%
Lei Kandir	28,01	0,00	-100,0%	56,01	0,00	-100,0%
Outras Transf. da União	53,06	42,74	-19,5%	94,64	71,23	-24,7%
FUNDEB	866,82	806,87	-6,9%	1.800,25	1.804,66	0,2%
Convênios	40,47	14,71	-63,7%	69,90	27,05	-61,3%
Outras Transf. Corr.	2,42	7,08	192,3%	2,44	10,93	348,8%

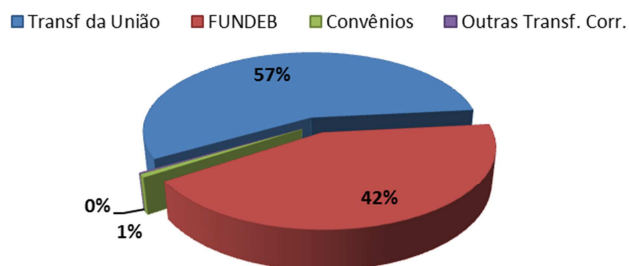
Fonte: SIAFERIO em 25/09/2019.

As Receitas de Transferências apresentaram, no segundo quadrimestre de 2019, decréscimo de 6,5% (- R\$ 140,36 milhões) se comparado ao mesmo período de 2018. Tal resultado tem sua explicação na redução de Receita referente a FUNDEB e Transferências da União.

As Transferências da União foram responsáveis por aproximadamente 59% do total das Receitas de Transferências neste 2º quadrimestre de 2019.

O resultado acumulado das Receitas de Transferências registra R\$ 4.297,77 milhões, o que representa decréscimo de 3,9% (- R\$ 175,24 milhões) em relação ao ano passado. O resultado é justificado, sobretudo, pela variação negativa das receitas oriundas das Transferências da União.

Gráfico 7

Composição da Receita de Transferências
Acumulado 2019

Fonte: SIAFERIO em 25/09/2019

IV.1.3.2 Transferências da União

A receita desse grupo apresentou redução de 4,7% (-R\$ 59,31 milhões), em relação ao mesmo quadrimestre de 2018. As receitas relativas a Lei Kandir e IPI exportação são as responsáveis pelo resultado negativo.

Nesta mesma linha, o resultado acumulado de 2018 totalizou R\$ 2.600,42 milhões, decréscimo de 5,6% (-R\$ 145,29 milhões) se comparado a 2018 justificado pelo desempenho, em especial, de Outras Transferências da União, Lei Kandir e IPI exportação.

– **FPE** : O Fundo de Participação dos Estados é composto por 21,5% da arrecadação do IPI e do IR. O resultado

positivo quadrimestral e acumulado dessa transferência foi consequência, sobretudo, do aumento da arrecadação do IR.

Os recursos do 2º quadrimestre do FPE apresentaram aumento de 6,7% (+ R\$ 32,05 milhões) em comparação ao mesmo período de 2018. Tal fato é consequência do acréscimo de arrecadação do IRPJ no item Demais Empresas, esse resultado deve-se, basicamente, ao incremento na arrecadação referente à estimativa mensal, principalmente das empresas não financeiras com destaque para pagamentos atípicos decorrentes de reorganizações societárias. No IPI, observou-se ligeiro aumento de arrecadação de modo relativamente pulverizado com destaque para o setor de Bebidas e Automóveis.

No acumulado, o FPE apresentou crescimento de R\$ 98,48 milhões (+ 10,1%) justificado pelo IPI vinculado à Importação e IPI Outros e, principalmente, por conta do aumento percebido em IRPJ - Demais Empresas.

–**IPI-EXP**: A Constituição de 1988 determina que 10% da arrecadação do IPI seja distribuída para os Estados e Distrito Federal, “proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados”, como forma de compensação à desoneração das exportações. A competência para estabelecer e divulgar os coeficientes de participação dos estados cabe ao Tribunal de Contas da União e os mesmos estão disponíveis em



<https://portal.tcu.gov.br/transferencias-constitucionais-e-legais/coeficientes-ipi-exportacao/>

Nesse quadrimestre a receita apresentou redução de 7,7% (-R\$ 25,24 milhões), comparativamente ao mesmo período do ano anterior. Esse resultado é reflexo do novo coeficiente de participação do IPI-Exportação para o Rio de Janeiro. O percentual que, em 2018, era de 17,910467%, em 2019 foi reajustado para 17,551891%%.

O acumulado apresentou decréscimo de 8,4% (- R\$ 55,67 milhões), pelo mesmo motivo já explicado anteriormente.

–Lei Kandir: Nos dois primeiros quadrimestres de 2019 não houve ingresso de receita referente à Lei Kandir. A chamada Lei Kandir determinou em 1996 a isenção do ICMS de produtos e serviços destinados à exportação. A medida imputou perdas no ICMS dos Estados. Sendo assim, a União estabelece em seu orçamento valores para compensação parcial das perdas e os distribui mensalmente entre os entes. No entanto, essa Receita não foi incluída na LOA da União desse exercício e essa não vem sendo repassada desde janeiro.

- FUNDEB: É um fundo especial, de natureza contábil, formado por recursos provenientes dos impostos e transferências dos estados, Distrito Federal e municípios. São redistribuídos aos Estados e Municípios de acordo com critérios de rateio baseado no número de alunos matriculados na rede pública divulgado pelo censo escolar. A aplicação de seus recursos na educação básica é obrigatória.

A redução das receitas do FUNDEB no quadrimestre (-6,9% / - R\$ 59,95 milhões) refere-se à composição do ICMS nas receitas do fundo que, dado seu desempenho desfavorável, contribuiu para que o resultado alcançasse R\$ 806,87 milhões.

No acumulado, houve ligeiro aumento: R\$ 4,41 milhões (+ 0,2%) se comparado a 2018.



- **CONVÊNIOS:** As receitas de convênios apresentaram redução de 63,7% (- R\$ 25,76 milhões) em relação ao mesmo quadrimestre do ano passado. Esse resultado pode ser explicado pela redução da receita de Transferência de Convênios de Instituições Privadas.

Da mesma forma, no acumulado, as Transferências de Convênios apresentam decréscimo de R\$ 42,86 milhões (- 61,3%). Tal resultado pode ser justificado pelo mesmo argumento apresentado anteriormente.

IV.II Receitas de Capital

Quadrimestre: R\$ 90,94 milhões / -10,9%

Acumulado: R\$ 145,73 milhões / -95,1%

Tabela 16

RECETA DE CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2018/2019.

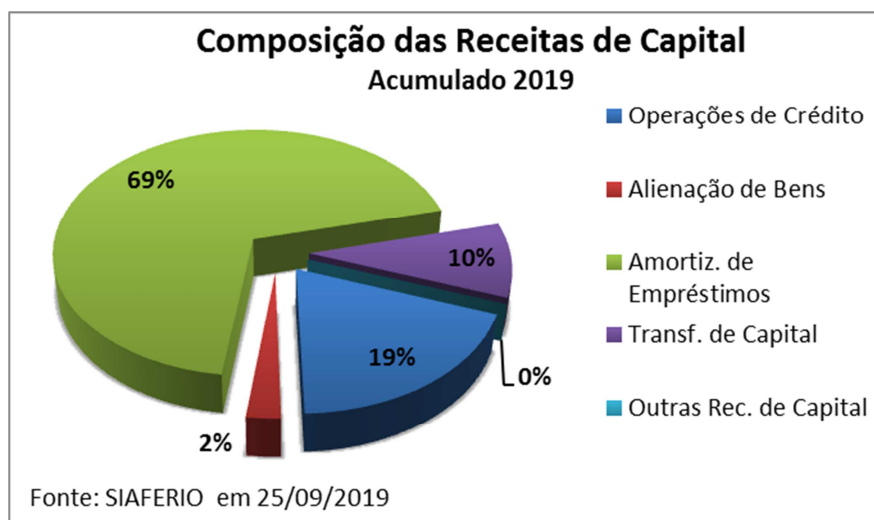
(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO QUADRIMESTRAL (MAIO - AGO)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - AGO)		VAR %
	2018	2019		2018	2019	
REC. CAPITAL	102,05	90,94	-10,9%	2.969,55	145,73	-95,1%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	55,48	27,64	-50,2%	979,09	27,73	-97,2%
ALIENAÇÕES DE BENS	0,08	3,52	4528,4%	1.871,32	3,56	-99,8%
AMORTIZ. DE EMPRÉSTIMOS	42,42	55,44	30,7%	82,87	100,60	21,4%
TRANSF. DE CAPITAL	4,07	4,35	7,0%	36,26	13,84	-61,8%
OUTRAS REC. DE CAPITAL	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-

Fonte: SIAFERIO em 25/09/2019.

As Receitas de Capital apresentaram decréscimo de 10,9% (- R\$ 11,11 milhões) nesse quadrimestre, em relação ao mesmo período de 2018. Tal fato decorreu em função da redução da receita derivada de Operações de Crédito.

Gráfico 8



OPERAÇÕES DE CRÉDITO: Na Receita de Operações de Crédito, houve redução de 50,2% (- R\$ 27,85 milhões) no quadrimestre, justificada, em parte, pela ausência de receita relacionada a Operações de Crédito Externa para Outros Programas de Governo.

Operação de crédito no valor de R\$ 900 milhões relativa ao Programa de Recuperação Fiscal – PRF em janeiro de 2018 contribuiu para que em 2019 houvesse significativa redução de receita.



O resultado acumulado apresenta redução de 97,2% (- R\$ 951,36 milhões) em relação ao acumulado de 2018, justificada, sobretudo, em razão das Operação de Crédito Interna em janeiro de 2018 no valor de R\$ 900 milhões relativa à alienação de ações da CEDAE, conforme previsto no Programa de Recuperação Fiscal – PRF celebrado entre o ERJ e o Governo Federal.

ALIENAÇÕES DE BENS: Na Receita de Alienação de Bens houve aumento de 4.528,4% no 2º quadrimestre de 2019 frente ao mesmo período de 2018. Contudo, representa aumento de apenas R\$ 3,44 milhões, derivado da alienação de bens imóveis.

O resultado acumulado apresenta redução de 99,8% (- R\$ 1.867,76 milhões) em relação ao acumulado de 2018, justificada pela receita da Cessão Definitiva de Crédito de Royalties e de Participação Especial no valor de R\$ 1,867 bilhão em abril de 2018.

O valor de R\$ 1,867 bilhão em abril 2018 relativa à Cessão Definitiva de Crédito de Royalties e de Participação Especial contribuiu para queda da Receita de Capital em 2019, em especial na receita de Alienação de Bens.

V. Despesas do Estado do Rio de Janeiro

V.I Despesa Total

A Tabela 17 mostra as despesas do ERJ no seu aspecto mais genérico:

Tabela 17 – Execução da Despesa Total

R\$ Milhões

EXECUÇÃO DA DESPESA TOTAL - ATÉ O 2º QUADRIMESTRE							
PODER EXECUTIVO							
ANO	TIPO	LOA	DOTAÇÃO ATUAL	CONTING.	DISPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
2018	DESPESA SEM INTRA	68.312	74.221	11.508	62.713	37.123	34.379
	DESPESA INTRA	4.825	5.081	637	4.444	3.165	2.985
	DESPESA TOTAL	73.137	79.302	12.145	67.157	40.288	37.363
2019	DESPESA SEM INTRA	66.213	66.843	13.798	53.045	31.892	30.242
	DESPESA INTRA	4.426	5.084	469	4.614	3.620	3.578
	DESPESA TOTAL	70.639	71.927	14.267	57.660	35.512	33.819

OUTROS PODERES							
ANO	TIPO	LOA	DOTAÇÃO ATUAL	CONTING.	DISPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
2018	DESPESA SEM INTRA	7.669	7.864	-	7.864	5.441	4.318
	DESPESA INTRA	1.025	1.025	-	1.026	728	597
	DESPESA TOTAL	8.694	8.889	-	8.889	6.169	4.914
2019	DESPESA SEM INTRA	8.653	8.765	-	8.765	5.791	4.586
	DESPESA INTRA	1.082	1.084	-	1.084	749	612
	DESPESA TOTAL	9.735	9.849	-	9.849	6.540	5.198

Fonte: SIAFE Rio / Flexvision

Obs: Dados extraídos em 24/09/2019

Inicialmente, a LOA fixou as despesas do Poder Executivo em R\$ 70,64 bilhões. Ao fim do 2º quadrimestre, com o registro de todas as alterações no orçamento, a dotação alcançou R\$ 71,93 bilhões. Desse valor, R\$ 14,27 bilhões ainda encontram-se contingenciados.

Até esse segundo quadrimestre, aproximadamente R\$ 35,51 bilhões foram empenhados pelos órgãos que compõem a estrutura administrativa do Poder Executivo.

Para os Demais Poderes, a despesa fixada inicialmente foi de R\$ 9,74 bilhões. Do montante total das despesas planejadas para os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e Tribunal de Contas foram empenhados R\$ 6,54 bilhões.

V.II Despesas por Grupo

Este tópico analisa os gastos pela ótica da Categoria Econômica (Corrente ou Capital) e pelo Grupo de Despesa. Essas classificações proporcionam uma melhor visibilidade das ações executadas.

A Tabela 18 apresenta os dados apurados no período de janeiro a agosto de 2019 comparando-os com o mesmo período do ano anterior.

A Categoria das Despesas Correntes, grupo que engloba as despesas de Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida e Outras Despesas Correntes, foi responsável por 98,1% do total liquidado do exercício. O grupo de Outras Despesas Correntes é composto principalmente pelo custeio dos projetos e atividades desenvolvidos pelas secretarias do Estado, aí incluídas as áreas com vinculações constitucionais e legais tais como Saúde, Educação, FAPERJ, FECAM, FEHIS e FISED.

A Categoria das Despesas de Capital (Investimentos, Inversões Financeiras e Amortização da Dívida) executou R\$ 657 milhões, o equivalente a 1,9% do total liquidado no segundo quadrimestre pelo ERJ em 2019. Desde o início da crise fiscal do ERJ os investimentos reduziram significativamente, uma vez que boa parcela da receita já está comprometida com as vinculações constitucionais e legais e com despesas de pessoal ativo e inativo.

Cabe ressaltar que as despesas intraorçamentárias foram excluídas no processamento dos dados selecionados.

Tabela 18 – Despesas por Grupo

R\$ Milhões

DESPESAS POR GRUPO				
CATEGORIA ECONÔMICA	GRUPO	JANEIRO A AGOSTO		
		2018	2019	Variação %
CORRENTE	1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	24.414	24.954	2,2%
	1.1 - DESPESAS COM ATIVOS	12.461	12.462	0,0%
	1.1.1 - PODER EXECUTIVO	9.492	9.282	-2,3%
	1.1.2 - OUTROS PODERES	2.968	3.179	6,6%
	1.2 - DESPESAS COM INATIVOS	9.059	9.072	0,1%
	1.2.1 - PODER EXECUTIVO	7.540	7.264	-3,8%
	1.2.2 - OUTROS PODERES	1.519	1.808	16,0%
	1.3 - DESPESAS COM PENSIONISTAS	2.894	3.421	15,4%
	2 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	70	85	17,6%
	3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.146	9.133	-0,1%
	3.1 - DESPESAS DE CUSTEIO	8.231	8.444	2,5%
	3.1.1 - PODER EXECUTIVO	6.938	7.075	1,9%
	3.1.2 - OUTROS PODERES	1.293	1.369	5,6%
	3.3 - TRANSFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS	915	689	-32,8%
	3.3.1 - ENC. COM A UNIÃO / ROYALTIES (EGE)	915	689	-32,8%
TOTAL CORRENTE		33.630	34.172	1,6%
CAPITAL	4 - INVESTIMENTOS	424	257	-65,5%
	4.1 - PODER EXECUTIVO	368	223	-64,8%
	4.2 - OUTROS PODERES	57	33	-70,2%
	5 - INVERSÕES FINANCEIRAS	11	5	-132,3%
	6 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	313	396	20,9%
TOTAL CAPITAL		749	657	-14,0%
TOTAL GERAL		34.379	34.829	1,3%

Fonte: SIAFE Rio / Flexvision

Obs: Dados extraídos em 24/09/2019

**Exclui CEDAE, Imprensa Oficial e despesas intra-orçamentárias.

➤ Despesas de Pessoal

A Tabela 19 examina as despesas com pessoal em relação às áreas que concentram os maiores dispêndios. No acumulado até agosto, foram liquidados R\$ 24,95 bilhões (excluindo as despesas intraorçamentárias), ocasionando uma variação positiva de 2,2% em relação ao ano anterior. A Segurança Pública destacou-se até este segundo quadrimestre, apresentando uma variação bastante expressiva (9,1%). Tal variação se deve ao reajuste concedido, de forma escalonada aos servidores dessa área, conforme previsto na Lei Nº 6.840 de 30 de junho de 2014. Esse aumento estendeu-se também aos seus servidores inativos e pensionistas.

Quando consideradas as despesas intraorçamentárias (R\$ 2,45 bilhões), o gasto de pessoal atinge os R\$ 27,41 bilhões, em virtude das contribuições patronais na sua maior parte.

Na esfera do Poder Executivo, as áreas relevantes desses gastos foram: Previdência Social, Segurança Pública e Educação. As três

Tabela 19 - Despesas de Pessoal

R\$ Milhões

FUNÇÃO	ATÉ O 2º QUADRIMESTRE		VARIÇÃO %
	2018	2019	
Previdência Social	11.981	11.923	-0,5%
Segurança Pública	4.440	4.842	9,1%
Educação	2.335	2.406	3,0%
*Demais Áreas	5.657	5.783	2,2%
Subtotal	24.414	24.954	2,2%
DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	2.266	2.455	8,4%
TOTAL GERAL	26.679	27.409	2,7%

Fonte: SIAFE-Rio

Obs.: Dados extraídos 24/09/2019

Exclui despesas intraorçamentárias / Exclui CEDAE e Imprensa



funções foram responsáveis por 76,8% (R\$ 19,17 bilhões) do total liquidado.

Por fim, os Outros Poderes perfizeram uma soma de R\$ 3,33 bilhões, financiados pelo Tesouro Estadual.

➤ Outras Despesas Correntes

A Tabela 20 apresenta os custos destinados à manutenção da máquina pública até este 2º quadrimestre, comparativamente ao mesmo período de 2018.

Até agosto, esse grupo de despesa apresentou uma execução de R\$ 9,13 bilhões, conforme a Tabela 20, destacando-se as funções Saúde, Judiciária, Segurança Pública e Educação.

A Saúde apresentou uma variação positiva de 28,4%, tendo seus recursos direcionados essencialmente à manutenção da Rede de Saúde Pública do ERJ, bem como ao repasse de recursos financeiros aos Fundos Municipais de Saúde, perfazendo em números reais, a liquidação de R\$ 1,5 bilhão do total realizado nessas ações.

Na sequência vem o Poder Judiciário com um montante realizado de R\$ 896,82 milhões aplicados na concessão de auxílios a seus servidores e na contratação de serviços de terceiros, no sentido de melhor equipar e modernizar suas unidades.

No âmbito do Poder Executivo, com execuções bem semelhantes àquelas realizadas no mesmo período do exercício de 2018, a Segurança Pública e a Educação tiveram seus recursos alocados principalmente na concessão de Auxílios Alimentação, Saúde e Transporte aos seus servidores, no programa de Fornecimento de Alimentação às unidades escolares, bem como às unidades prisionais e centros socioeducativos do ERJ.

➤ Investimentos e Inversões Financeiras

Nesta nova gestão governamental, na qual o Estado do Rio de Janeiro se encontra sob o Regime de Recuperação Fiscal, exige-se um perfil mais conservador em relação à execução de seus

Tabela 20 – Outras Despesas Correntes

FUNÇÃO	ATÉ O 2º QUADRIMESTRE		Em R\$ VARIÇÃO
	2018	2019	%
Saúde	1.673.380.769	2.149.454.705	28,4%
Judiciária	891.616.581	896.817.304	0,6%
Segurança Pública	890.794.473	882.449.720	-0,9%
Educação	890.845.231	878.653.279	-1,4%
Demais Despesas de CUSTEIO	1.463.694.553	1.319.717.266	-9,8%
Subtotal CUSTEIO	5.810.331.608	6.127.092.274	5,5%
PREVIDÊNCIA SOCIAL	2.005.132.823	1.671.016.076	-16,7%
ENCARGOS ESPECIAIS	1.330.572.435	1.335.051.319	0,3%
TOTAL	9.146.036.866	9.133.159.669	-0,1%

Fonte: SIAFE-Rio

Obs.: Dados extraídos 24/09/2019

Exclui despesas intraorçamentárias / Exclui CEDAE e IMPRENSA



investimentos. Esta conduta se faz necessária, uma vez que alguns investimentos produzem despesas obrigatórias de caráter continuado, o que constitui uma das vedações do Regime de Recuperação Fiscal.

A Tabela 21 evidencia as despesas com Investimentos e Inversões Financeiras, destacando as funções que se sobressaíram no período de janeiro a agosto.

Tabela 21 – Investimentos e Inversões

FUNÇÃO	ATÉ O 2º QUADRIMESTRE		Em R\$
	2018	2019	Variação %
06 - Segurança Pública	81.785.899	42.663.144	-47,8%
18 - Gestão Ambiental	31.761.036	38.985.503	22,7%
10 - Saúde	7.756.962	32.823.082	323,1%
26 - Transporte	49.750.749	30.605.563	-38,5%
SUBTOTAL	171.054.647	145.077.291	-15,2%
DEMAIS AÇÕES	264.542.358	116.237.547	-56,1%
TOTAL GERAL	435.597.005	261.314.838	-40,0%

Fonte: SIAFE-Rio

Obs.: Dados extraídos 24/09/2019

Exclui despesas intraorçamentárias / Exclui CEDAE e IMPRENSA



V.III – Cumprimento das despesas vinculadas aos índices constitucionais e legais: Educação, Saúde, FAPERJ⁹, FECAM¹⁰, FEHIS¹¹ e FISED.

A Tabela 22 ao lado, apresenta os percentuais verificados pelos índices constitucionais e legais com base na arrecadação da receita e a liquidação das despesas acumuladas de 2018 e 2019.

Ressalta-se que, para fins legais, a apuração destes índices é realizada ao fim do exercício. O acompanhamento ao longo do ano e a divulgação de tais resultados por meio deste Boletim de Transparência tem a finalidade de balizar a gestão orçamentária e financeira se adequando ao cumprimento dos percentuais.

A apuração dos índices leva em consideração as receitas e despesas previstas pela respectiva legislação: para os Índices de Educação e Saúde, são contabilizados os recursos provenientes da arrecadação de impostos e de transferências recebidas pelo Estado e as despesas por eles financiados; para o Índice da FAPERJ, a receita base são os recursos líquidos de impostos (subtraídas as transferências aos municípios) deduzidas dos montantes equivalentes à aplicação em Educação e Saúde; para o FECAM, a aplicação mínima em gastos com meio ambiente é igual a 5% dos recursos de royalties (pós sal e pré-sal); para o FEHIS, o mínimo equivale a 5% dos recursos provenientes do Fundo de Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais – FECP, receita tributária que incide adicionalmente ao ICMS; e, por fim, para o FISED o mínimo equivale a 5% dos recursos provenientes da camada do pré-sal.

Em uma mera análise dos percentuais aplicados, a Tabela 22 mostra panoramas distintos em relação à execução dos índices. Os índices apresentaram um percentual de aplicação no período superior ao ano passado, dado que o crescimento na execução de despesas superou

Tabela 22 – Execução dos Índices Constitucionais

R\$ Milhares

EXECUÇÃO ÍNDICES CONSTITUCIONAIS			
Até o 2º Quadrimestre	2018	2019	Variação %
EDUCAÇÃO			
RECEITA BASE	27.558	27.324	-0,8%
DESPESA LIQUIDADADA	5.635	6.014	6,7%
(+) UO's	1.795	1.882	6,3%
(+) FUNDEB	4.063	4.133	-1,9%
(-) Restos a Pagar Cancelados	115,8	767,6	679,5%
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em MDE em Exercícios Anteriores.	224	-	-
MÍNIMO A SER APLICADO (25%)	6.889	6.831	-0,8%
% ÍNDICE	20,4%	22,0%	1,6%
SAÚDE			
RECEITA BASE	27.558	27.324	-0,8%
DESPESA LIQUIDADADA	1.815	2.411	32,8%
MÍNIMO A SER APLICADO (12%)	3.307	3.279	-0,8%
% ÍNDICE	6,6%	8,8%	2,2%
FAPERJ			
RECEITA BASE	16.416	16.521	
DRE (30% - EC 93/2016)	4.925	4.956	0,6%
BASE CÁLCULO	11.491	11.565	
DESPESA LIQUIDADADA	181	185	1,9%
(-) RP Cancelado	2	4	111,4%
MÍNIMO A SER APLICADO (2%)	230	231	0,6%
% ÍNDICE	1,6%	1,6%	0,0%
FECAM			
RECEITA BASE	8.602	8.974	
BASE CÁLCULO	8.602	8.974	4,3%
DESPESA LIQUIDADADA	27	34	28,0%
(-) RP Cancelado	59	-	-100,0%
MÍNIMO A SER APLICADO	334	449	49,0%
% ÍNDICE	-1,2%	0,4%	1,6%
FEHIS			
RECEITA BASE	3.199	3.188	
DRE (30% - EC 93/2016)	960	957	-0,3%
BASE CÁLCULO	2.239	2.232	
DESPESA LIQUIDADADA	25	25	-2,4%
MÍNIMO A SER APLICADO (5%)	320	59	-81,6%
% ÍNDICE	1,1%	1,1%	-2,1%
FISED			
RECEITA BASE	1.929	276	-85,7%
BASE CÁLCULO	1.929	276	
DESPESA LIQUIDADADA	28	87	214,1%
MÍNIMO A SER APLICADO	96	14	-79,6%
% ÍNDICE	2,0%	31,4%	1436,2%

Fonte: SIAFE Rio / Flexvision

Dados extraídos do Flexvision no dia 18/11/2019.

⁹ FAPERJ- Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

¹⁰ FECAM- Fundo Estadual de Conservação Ambiental

¹¹ FEHIS- Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social

o crescimento das receitas, reafirmando o compromisso do Governo no sentido de cumprir as vinculações constitucionais e legais.

A seguir, os gastos correspondentes aos índices serão tratados detalhadamente, de forma a esclarecer como o Estado está aplicando obrigatoriamente tais recursos.

➤ Educação

O índice Educação, até o segundo quadrimestre, apontou para uma aplicação de 22,0% da receita base. Dos R\$ 6,83 bilhões a aplicar no período analisado, o Estado já executou R\$ 6,01 bilhões, sendo R\$ 4,13 bilhões repassados ao FUNDEB. Comparativamente ao mesmo período de 2018, registrou-se um aumento de 6,7% na despesa liquidada e uma variação negativa de 0,8% na receita arrecadada, por conta do pequeno decréscimo na realização da receita no período (Tabela 22 e Tabela 23).

A Tabela 23 demonstra a despesa do índice executada por grupo de despesa.

O grupo de Outras Despesas Correntes, que agrega o custeio de todas as Unidades Orçamentárias que compõem o índice e as transferências ao FUNDEB, aumentou 39,5% (+R\$158,77 milhões) em relação ao mesmo período do ano anterior. As despesas de pessoal atingiram o valor de R\$ 2,94 bilhões, representando 49,0% de todos os gastos financiados com os recursos do Tesouro (FR 100 e 122) e do retorno do FUNDEB, aplicados na SEEDUC.

No custeio, observa-se maior participação com recursos do Tesouro, atingindo uma variação positiva de 68,9% (+R\$ 183,11 milhões). Além dos repasses do FUNDEB, a Secretaria de Educação também conta com recursos da FR 105 (Salário Educação), cujos gastos não são contabilizados no índice.

A Tabela 24 demonstra a distribuição da despesa do índice por Unidade Orçamentária do ERJ, além da análise das maiores participações executadas até este segundo quadrimestre.

Tabela 23 – Aplicação no Índice

Em R\$ Milhares

APLICAÇÃO NO ÍNDICE				
GRUPO DE DESPESA	ATÉ O 2º QUADRIMESTRE		Variação %	Participação em 2019
	2018	2019		
Pessoal	2.874.840	2.945.956	2,5%	49,0%
FR TESOURO	1.523.022	1.450.915	-4,7%	
FUNDEB (retorno)	1.351.818	1.495.040	10,6%	
Outras Desp. Correntes	401.763	560.535	39,5%	9,3%
FR TESOURO	265.717	448.830	68,9%	
FUNDEB (retorno)	136.037	111.705	-17,9%	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	9		-100,0%	
Investimento/Inversões	6.697	14.088	110,4%	0,2%
SUB TOTAL	3.283.300	3.520.579	7,2%	58,5%
FUNDEB (Perda Líquida)	2.574.911	2.526.582	-1,9%	42,0%
(-) Despesas de Exercícios Anteriores (Elemento de Despesa 92)	-	32.058	-	-0,5%
(-) Parcela do Mínimo Constitucional Não Aplicada em MDE	223.582			
(-) Restos a Pagar Cancelado	116	768	562,7%	0,0%
TOTAL GERAL**	5.634.513	6.014.336	6,7%	100,0%

Fonte: SIAFE-RIO FLEXVISION

Obs: Dados extraídos em 24/09/2019

*A participação do Custeio e do FUNDEB foi calculada com base no Total Geral

Tabela 24 – Distribuição do Índice por UO

Em R\$

DISTRIBUIÇÃO DO ÍNDICE POR UO				
UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS*	ATÉ O 2º QUADRIMESTRE		Variação %	Participação em 2019
	2018	2019		
SEEDUC - Secretaria de Estado de Educação	555.334.997	595.069.385	7,2%	9,9%
DEGASE - Depart. Geral Ações Socio-Educat.	127.169.942	130.986.909	3,0%	2,2%
UERJ - Fundação Universidade do Estado do RJ	616.952.844	686.949.906	11,3%	11,4%
FAETEC - Fund de Apoio à Escola Técnica do Est do RJ	365.932.477	348.953.666	-4,6%	5,8%
UENF - Fund Univ Est Norte Fluminense Darcy Ribeiro	100.377.952	110.528.002	10,1%	1,8%
CECIERJ - Fund Centro Ciên Educ Sup Distân do Est RJ	17.728.438	28.281.597	59,5%	0,5%
UEZO - Fund Centro Univers Estad da Zona Oeste	11.948.607	13.064.047	9,3%	0,2%
Total das Unidades Orçamentárias*	1.795.445.257	1.913.833.512	6,6%	31,8%
FUNDEB**	4.062.766.223	4.133.327.926	1,7%	68,7%
(-) Despesas de Exercícios Anteriores (Elemento de Despesa 92)	-	32.058.012	-	-0,5%
(-) Parcela do Mínimo Constitucional Não Aplicada em MDE	223.582.161			
(-) Restos a Pagar Cancelado	115.836	767.600	562,7%	0,00%
TOTAL DO ÍNDICE	5.634.513.482	6.014.335.826	6,7%	100,0%

Fonte: SIAFE-RIO FLEXVISION

Obs: Dados extraídos em 24/09/2019

* A participação de cada U.O. foi calculada com base no valor apurado em Total das Unidades Orçamentárias.

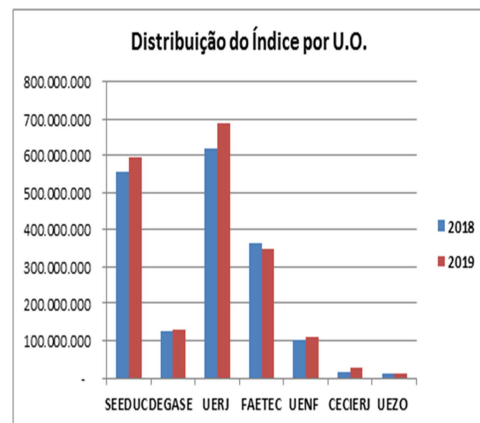
** Contribuição do FUNDEB (retorno mais perda líquida)

O total desembolsado pelas unidades orçamentárias com recursos do Tesouro atingiu o patamar de R\$ 1,91 bilhão na composição do índice, com participação de 31,8% no total da despesa aplicada. A Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC) apresentou ao longo do período uma participação de 9,9% do total, com R\$ 595,07 milhões (um acréscimo de 7,2% em relação ao mesmo período de 2018). Foram alocados R\$ 415,81 milhões em pessoal e R\$ 178,64 milhões em custeio, com desembolso em sua maior parte no Fornecimento de Serviços de Utilidade Pública em Unidades Escolares (R\$ 50,46 milhões) e Suporte à Autonomia Financeira de Unidades Escolares (R\$ 50,42 milhões).

A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) registrou neste período uma participação no índice de 11,3%. Dos R\$ 686,95 milhões aplicados, R\$ 527,84 milhões foram executados em pessoal - um aumento de 12,1% em relação ao ano anterior, devido à implantação do regime de trabalho de tempo integral (40h) com dedicação exclusiva. Em relação ao custeio, a UERJ aplicou R\$ 7,15 milhões a mais do que no mesmo período de 2018, atendendo principalmente à manutenção das unidades da universidade, auxílios e serviços prestados por estudantes e cotistas.

Em relação às despesas acumuladas até o segundo quadrimestre, a Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro (FAETEC) contabilizou uma variação negativa de 4,6% (-R\$ 16,98

Gráfico 9 – Distribuição do Índice por UO





milhões). Do montante total liquidado de R\$ 348,95 milhões, foram alocados R\$ 301,74 milhões em pessoal. Um decréscimo de gastos de R\$ 32,47 milhões em relação a 2018, impactados pela extinção gradual do contrato temporário da FAETEC. Em contrapartida, seu custeio aumentou em 51,4% com desembolsos decorrentes de contrato de terceirização, pagamento de concessionárias e descentralizações para atender as unidades da FAETEC.

Com expressiva participação, o FUNDEB representou 68,7% do montante aplicado na função em relação ao total das Unidades Orçamentárias (31,8%). Comparando ao mesmo período do ano anterior, registrou-se uma pequena variação de 1,7%, o equivalente a R\$ 70,56 milhões.

➤ FAPERJ

A Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do ERJ (FAPERJ), órgão executor das ações na área de Ciência e Tecnologia, executou R\$ 180,96 milhões até esse segundo quadrimestre, montante 0,8% (+R\$ 1,43 milhão) superior ao mesmo período de 2018. A Fundação, por meio de concessão de bolsas e auxílios a pesquisadores e instituições, atua como agência de fomento à pesquisa. Ela tem parceria com a UERJ e UENF e apoia o Programa de Educação Superior à Distância e o pré-vestibular social implementado pela Fundação CECIERJ.

A despesa liquidada até este segundo quadrimestre representou 1,6% da receita base arrecadada do índice, com expectativa de alcançar os 2% de mínimo a ser aplicado na FAPERJ até o final do período de 2019.

A Tabela 25 demonstra a execução do índice nas principais ações do ano.

A maior parcela da Fundação liquidada pela Fonte Tesouro foi direcionada a Apoio a Estudantes e Pesquisadores (R\$ 79,11 milhões), registrando uma variação positiva de 2,9% (+R\$ 2,24 milhões).

Tabela 25 – Execução Orçamentária do Índice da FAPERJ

EM R\$

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
FONTE TESOURO			
PROJETO/ATIVIDADE	JAN A	AGO	Variação %
	2018	2019	
Apoio a Estudantes e Pesquisadores	76.863.862	79.108.790	2,9%
Desenvolvimento de Estudos e Pesquisas através da FAPERJ	52.166.982	44.168.606	-15,3%
Fomento para Estudos e Pesquisas da UERJ	19.023.128	19.505.747	2,5%
Fomento à Formação Superior à Distância - CECIERJ	14.910.055	17.282.178	15,9%
Fomento para Estudos e Pesquisas da UENF	9.057.899	10.011.230	10,5%
Fomento à Inovação Tecnológica	3.857.732	9.890.704	156,4%
Pessoal e Encargos Sociais	4.295.207	4.426.401	3,1%
Manut Ativid Operacionais / Administrativas	455.003	517.834	13,8%
Pagamento de Despesas com Serviços de Utilidade Pública	-	25.088	-
Despesas Obrigatórias de caráter Primário	24.873	311,45	-98,7%
Apoio à Pesquisa na Administração Pública Estadual	755.528	-	-100,0%
SUTOTAL	181.410.269	184.936.889	1,9%
(-) Restos a Pagar Processados Cancelados	1.880.367	3.974.314	111,4%
TOTAL	179.529.902	180.962.575	0,8%

Fonte: SIAFE-RIO FLEXVISION

Obs: Dados extraídos em 24/09/2019

A Fundação ainda custeou auxílios financeiros à bolsistas e pesquisadores no projeto Desenvolvimento de Estudo e Pesquisa através da FAPERJ, com a aplicação de R\$ 44,17 milhões.

A ação Fomento para Estudos e Pesquisas da UERJ desembolsou R\$ 19,50 milhões neste período para atender ao PROATEC, à PROCIÊNCIA e ao intercâmbio científico e tecnológico entre a UERJ e outras instituições de ensino.

A FAPERJ desembolsou R\$ 17,28 milhões com Fomento à Formação Superior à Distância – CECIERJ –, uma variação positiva de 15,9% em relação ao período de 2018.

➤ Saúde

Até o segundo quadrimestre de 2019, a aplicação de recursos em ações direcionadas à Rede de Saúde Pública do ERJ (despesa liquidada) apresentou uma variação positiva em 32,8% em relação ao mesmo período do ano passado (+R\$ 595,10 milhões), conforme demonstrado na Tabela 26.

Tabela 26 – Aplicação do Índice por Grupo de Despesa

Em R\$

APLICAÇÃO DO ÍNDICE POR GD				
GRUPO DE DESPESA	ATÉ O 2º QUADRIMESTRE		Variação %	Participação em 2019
	2018	2019		
Pessoal	473.515.394	486.234.515	2,7%	20,2%
Outras Desp. Correntes	1.337.257.327	1.903.187.764	42,3%	79,0%
Investimentos / Inversões	4.713.481	20.844.339	342,2%	0,9%
Amortização da dívida	-	326.250	-	-
TOTAL	1.815.486.201	2.410.592.867	32,8%	100,0%

Fonte: SIAFE RIO/FLEXVISION

Obs: Dados extraídos em 24/09/2019.

O grupo de despesa de Outras Despesas Correntes participou com 79,0% na execução do índice com aplicações em Ações e Serviços Públicos de Saúde. Foi constatada uma variação positiva de 42,3% em relação ao ano anterior. As principais ações estão destacadas abaixo:

1 - Assistência Ambulatorial e Hospitalar – investiu-se R\$ 930,72 milhões, dos quais R\$ 571,21 milhões são referentes às despesas de pessoal decorrentes de contrato de terceirização e R\$ 315,00 milhões

foram direcionados para a Gestão de Serviços de Saúde (custeio das OS's).

2- Execução do Contrato de Gestão – FES – houve uma aplicação de R\$ 269,29 milhões. Nesse programa de trabalho são executadas as despesas da Fundação Saúde com seus postos de assistência médica e com outras unidades da Secretaria de Estado de Saúde, incluindo as despesas com pessoal, despesas obrigatórias e de custeio.

Com Despesas de Pessoal, foram aplicados R\$ 486,23 milhões, representando uma variação a maior de 2,7% em relação ao ano passado.

No grupo Investimento/Inversões foram liquidados R\$ 20,84 milhões.

➤ **FECAM**

O Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano (FECAM), responsável pela gestão de projetos de investimento direcionados para o setor de meio ambiente do ERJ, conta, a partir de norma estadual, com 5% dos recursos provenientes da indenização pela extração do petróleo e gás do ERJ, além de 5% dos recursos provenientes da camada do pré-sal.

Até o segundo quadrimestre de 2019, a soma das despesas liquidadas no FECAM foi de R\$ 34,34 milhões, custeados com recursos da fonte 104 (Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo).

As ações realizadas até agosto, com os recursos do Fundo, estão descritas na Tabela XX12 abaixo. Nela são apresentados os projetos desenvolvidos, assim como o órgão responsável pela execução e os valores liquidados até o momento.

A ação com maior expressividade no período foi a 3977 - Intervenções em Saneamento Ambiental – FECAM –, um gasto de R\$ 24,45 milhões, representando 71,2% do total empenhado no período em questão.

Tabela 27 - Índice FECAM

Em R\$	
AÇÃO / INVESTIMENTO	JAN A AGO
3977 - Intervenção em Saneamento Ambiental - FECAM	24.455.002
3978 - Melhoria da Infraestrutura Hidráulica dos Corpos Hídricos / FECAM	5.418.814
3979 - Cidades Sustentáveis	4.462.625
1219 - Disseminação da Educação Ambiental e Mecanismos Sociais de Inclusão	7.920
TOTAL GERAL	34.344.361

Flexvision / SIAFE: dados extraídos em 24/09/2019

➤ **FEHIS**

O Fundo Estadual de Habitação e de Interesse Social (FEHIS) é financiado com 10% dos recursos oriundos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECP – FR 122), aplicados na área de habitação.

Até este segundo quadrimestre de 2019, o Fundo apresentou uma execução de R\$ 24,57 milhões, sendo a Concessão de Aluguéis Sociais sua despesa de maior relevância – R\$ 22,17 milhões.

➤ **FISED**

O Fundo Estadual de Investimento e Ações de Segurança Pública e Desenvolvimento Social (FISED) foi criado no final de 2017 com o objetivo de apoiar programas e projetos na área de segurança pública, de prevenção à violência e de desenvolvimento social que sejam a eles associados.

Para o exercício de 2019, o Fundo possui uma dotação autorizada de R\$ 432,39 milhões, financiada com 5% dos recursos provenientes da camada do pré-sal.

Até agosto, o Fundo apresentou uma aplicação de R\$ 86,66 milhões, conforme demonstrado na Tabela 28.



Tabela 28 - FISED

Em R\$

APLICAÇÕES - FISED	ATE O 2º QUADRIMESTRE 2019
5576 - Apoio a Progr e Proj Segurança Pública-FISED	2.591.000
5577 - Apoio a Programas e Projetos da Polícia Militar - FISED	54.804.591
5578 - Apoio a Programas e Projetos da Polícia Civil - FISED	17.721.164
5579 - Apoio a Programas e Projetos de Assistência Social - FISED	4.470.225
5586 - Apoio a Programas e Projetos da Administração Penitenciária - FISED	7.074.434
Total Aplicado	86.661.414

Fonte: SIAFE -RIO

Dados extraídos dia 24/09/2019

VI – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

VI.1 Cota Financeira

As cotas liberadas até o segundo quadrimestre de 2019 representaram 105,4% das despesas liquidadas, sendo 91,0% das cotas liberadas convertidas em Programações de Desembolso (PD).

Com relação à emissão de Programações de Desembolso (PD), a área da segurança consumiu 87,1% das cotas liberadas.

O Tesouro Estadual pagou o equivalente a 95,6% das PDs emitidas, no quadrimestre.

Cumpra ressaltar que o Tesouro Estadual do Rio de Janeiro efetua transferência de recursos para o Fundo Estadual de Saúde (FES) e para Secretaria de Educação, nos dias 10 (dez), 20 (vinte) e 30 (trinta) de cada mês, sendo estes órgãos responsáveis pela administração e execução dos pagamentos e/ou repasses financeiros para quitação das suas obrigações.

Dessa forma, a partir da implementação destes procedimentos, a Subsecretaria de Finanças não possui qualquer ingerência sobre os pagamentos vinculados às áreas de saúde e da Secretaria de Educação.

VI.2 Pagamento de PD's

O prazo médio de pagamento no primeiro quadrimestre foi de 10 dias. Grande parte dos pagamentos, cerca de 97,6%, ocorreu em até 20 dias. Os pagamentos de 21 até 30 dias representaram 1,4% do total e acima de 30 dias, 1,0%.

Tabela 29

ACOMPANHAMENTO DOS GASTOS ATÉ AGOSTO DE 2019 POR ÁREAS				
ÁREAS	DESP. LIQUIDADADA (A)	COTA FIN. LIBERADA (B)	COTA FIN. UTILIZADA (C)	DESP. PAGA (D)
SEGURANÇA	335	365	318	317
ASSISTÊNCIA SOCIAL	47	60	47	46
DEMAIS ÁREAS	870	895	837	786
TOTAL GERAL	1.252	1.320	1.202	1.149

Fonte: SIAFE-RIO

Obs: Posição acumulada até AGO/19 SEM Educação e Saúde

ÁREAS	(B)/(A)	(C)/(A)	(C)/(B)	(D)/(C)
SEGURANÇA	108,8%	94,8%	87,1%	99,9%
ASSISTÊNCIA SOCIAL	127,4%	99,3%	78,0%	97,4%
DEMAIS ÁREAS	102,9%	96,2%	93,5%	93,9%
TOTAL GERAL	105,4%	96,0%	91,0%	95,6%

Fonte: SIAFE-RIO

Obs: Posição acumulada até AGO/19 SEM Educação e Saúde

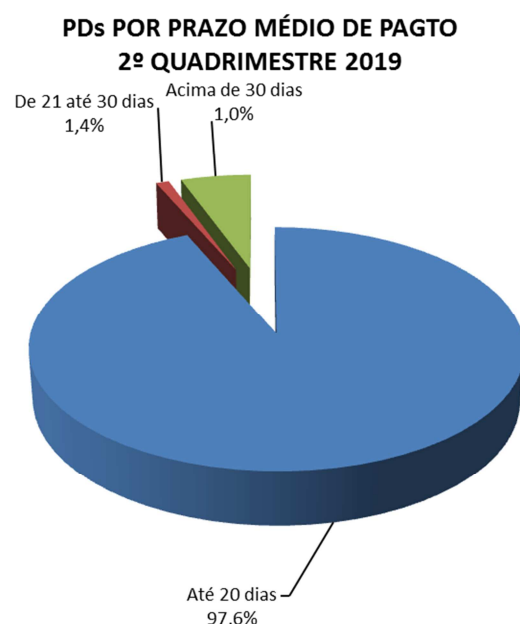
Tabela 30

ACOMPANHAMENTO DOS GASTOS ATÉ AGOSTO DE 2019			
DESP. LIQUIDADADA (A)	COTA FIN. LIBERADA (B)	COTA FIN. UTILIZADA (C)	DESP. PAGA (D)
1.252	1.320	1.202	1.149
(B)/(A)	(C)/(A)	(C)/(B)	(D)/(C)
105,4%	96,0%	91,0%	95,6%

Fonte: SIAFE-RIO

Obs: Posição acumulada até AGO/2019 SEM EDUCAÇÃO e SAÚDE

Gráfico 10



VI.3 Adimplemento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos

Uma medida que colabora para a eficiência na conciliação das despesas com serviços públicos e celeridade dos pagamentos é o emprego do Sistema Integrado de Pagamento de Concessionárias – SIPC. Este sistema, implantado com a finalidade de centralizar os procedimentos de execução orçamentária e financeira das despesas efetuadas pelos entes estaduais com serviços públicos essenciais, abarca atualmente 19 concessionárias.

Para equilibrar as contas estaduais e garantir os serviços essenciais para os órgãos, nos exercícios de 2015 a 2018 a Alerj autorizou o Poder Executivo, através de leis específicas a realizar compensação de dívidas líquidas e certas do Estado do Rio de Janeiro, com concessionárias ou autorizatárias e fornecedoras de combustíveis por conta da prestação de serviço público de telecomunicações, de fornecimento de energia elétrica, de fornecimento de gás canalizado e combustíveis ao Estado do Rio de Janeiro, com créditos tributários devidos relativos ao ICMS, na forma do previsto nos artigos 170 e 170-A do Código Tributário Nacional e no artigo 190 do Código Tributário do Estado do Rio de Janeiro.

Em 2019, observa-se regularidade no adimplemento das despesas obrigatórias com concessionárias de serviços públicos. Considerando o faturamento acumulado de serviços essenciais até o segundo quadrimestre, foram registrados R\$ 333,72 milhões através do SIPC. Desse montante, foram quitados R\$ 236,61, representando 70,9% do total faturado.

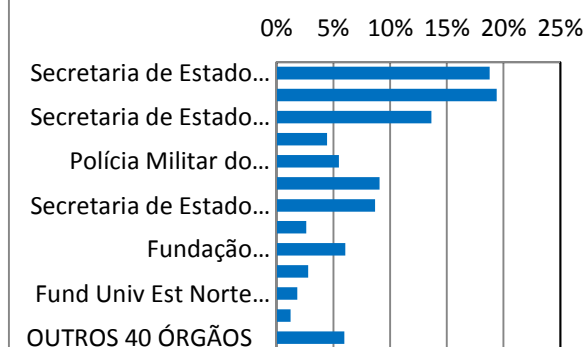
Na área de comunicação, o Estado utiliza vários serviços, como telefonia fixa, telefonia móvel, transmissão de dados e transmissão de dados wireless

No tocante aos serviços de telefonia fixa, os quais são prestados pela Oi/Telemar, observa-se que até o segundo quadrimestre houve um faturamento de R\$ 26,39 milhões

Em relação aos serviços de transmissão de dados e wireless o faturamento abarcado pelo SIPC no segundo quadrimestre de 2019 somou R\$ 70,70 milhões.

Gráfico 11

Participação dos órgãos no faturamento total SIPC





Na área de distribuição de água e esgoto, até o segundo quadrimestre foi faturado R\$ 92,62 milhões com este tipo de serviço. Vale observar que só a CEDAE compreende cerca de 58,5% deste total.

VI.4 Requisições Judiciais de Pagamento

Precatórios

Em 14 de dezembro de 2017, foi publicada a Emenda Constitucional nº 99, que alterou o regime especial de pagamento de precatórios, estendendo o prazo para quitação do estoque de precatórios até 2024.

De acordo com a sistemática de pagamento no regime especial, o Tesouro Estadual deve transferir ao Tribunal de Justiça, mensalmente, quantia calculada sobre o percentual da RCL, conforme plano de pagamento apresentado, anualmente, pelo Ente devedor ao Tribunal de Justiça, que deve demonstrar sua solvência ao final do regime especial.

No 2º quadrimestre de 2019, foram repassados ao Tribunal de Justiça R\$ 272,74 milhões, oriundos dos recursos do FPE.

Nesse mesmo período, os Tribunais informaram a Secretaria de Estado de Fazenda a utilização de R\$ 335,50 milhões em pagamentos de precatórios, com os recursos transferidos pelo Estado.

Salienta-se que a gestão dos recursos destinados aos pagamentos de precatórios é feita pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, que rateia a verba com o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) e Tribunal Regional Federal (TRF), e posteriormente informam à Secretaria de Estado de Fazenda os pagamentos realizados, para contabilização do pagamento e baixa da obrigação nas contas patrimoniais do Estado.

Requisições de Pequeno Valor – RPV

No 2º quadrimestre de 2019, foram pagas pelo Tesouro Estadual 3.320 requisições de pequeno valor - RPV, no montante de R\$ 106,77 milhões.

Do total de pagamentos nesse período, R\$ 24,23 milhões referem-se a pagamentos realizados em até 30 dias a contar da data de recebimento na SEFAZ e R\$ 82,54 milhões referem-se a pagamentos de RPVs antigas, que não foram quitadas no seu devido prazo e estão sendo revistas pela PGE.

Cabe esclarecer que essas obrigações judiciais, por terem prazo de 60 dias para cumprimento, estão sujeitas à sequestro contas do Estado, o que gera grande transtorno ao Estado pela dificuldade de conciliação das contas e pela necessidade urgente de recomposição das contas de convênios e operações de crédito.

Ressalta-se que o dispêndio direcionado ao adimplemento dessas obrigações não é definido pelo Estado, dado que essas requisições judiciais de pagamento, por seu valor de até 20 vezes o salário mínimo, ressalvadas as exceções, dispostas na Lei 7.507, de 29 de dezembro de 2016, possuem rito de pagamento diferenciado, conforme § 3º, do art. 100, da Constituição Federal.

Total de Requisições Judiciais de Pagamento

Assim, no 2º quadrimestre deste ano, o total de recursos financeiros despendidos pelo Tesouro Estadual para pagamento das condenações judiciais transitadas em julgado, definidas como precatório e requisição de pequeno valor – RPV, foi de R\$ 379,51 milhões.

VI.5 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu Dispêndio com a Dívida Pública

O Tesouro Estadual desembolsou, no 2º quadrimestre de 2019, R\$ 304,0 milhões com o serviço da dívida. A importância desembolsada foi 74,2% superior ao valor pago no quadrimestre anterior.

Esta variação foi influenciada pelo aumento do serviço da dívida da administração direta, que foi 77,3% superior ao pago no 1º quadrimestre de 2019. Este fato é consequência do pagamento de prestações atrasadas, referentes ao parcelamento PASEP com a Receita Federal, de acordo com a Lei 11.941/09.

Gráfico 12

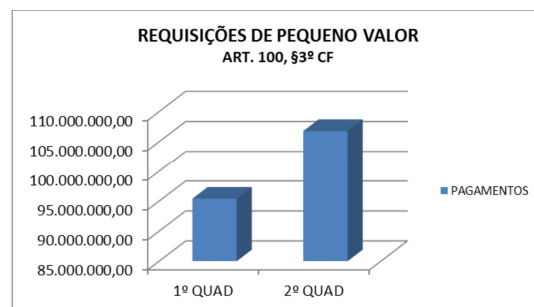
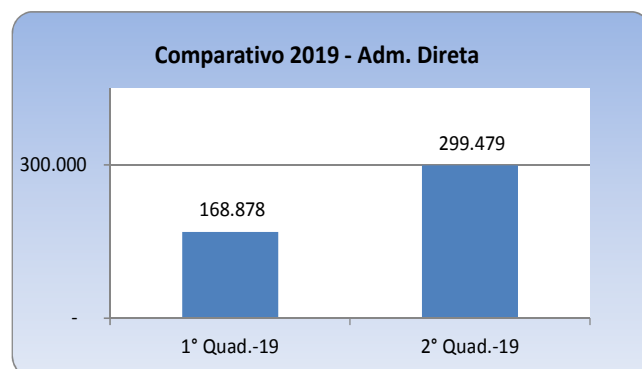


Gráfico 13





O pagamento da dívida da Administração Indireta, honrada com recursos do Tesouro Estadual, alcançou R\$ 4,55 milhões, 19,1% inferior ao 1º quadrimestre de 2019.

Tabela 31

R\$ mil

Dispêndio com a Dívida Pública (Adm. Dir. + Adm. Ind. Honradas)							
	1º Quad. 2019			2º Quad. 2019			Δ % do total
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total	
ADM. DIRETA	127.298	41.581	168.878	260.743	38.737	299.479	77,3%
INTERNA	127.298	41.581	168.878	260.743	38.737	299.479	77,3%
EXTERNA	-	-	-	-	-	-	0,0%
ADM. INDIRETA HONRADA	2.591	3.026	5.617	3.258	1.288	4.546	-19,1%
TOTAL	129.889	44.607	174.495	264.001	40.024	304.026	74,2%

Dívida Financeira x Receita Líquida Real

No 2º quadrimestre de 2019, o estoque da Dívida Financeira alcançou R\$ 159,94 bilhões, 3,2% maior que o quadrimestre anterior. A variação foi decorrente da atualização dos saldos devedores, conforme cláusulas específicas dos contratos e incorporação dos juros e encargos não honrados devido à vigência do Regime de Recuperação Fiscal.

O estoque da dívida interna cresceu 3,2%, quando comparado ao quadrimestre anterior. Parte desse aumento é justificada pela inclusão, no estoque, do saldo das contas gráficas previstas nos artigos 9º e 17º da Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017.

Gráfico 14

Composição Por Índices de Correção

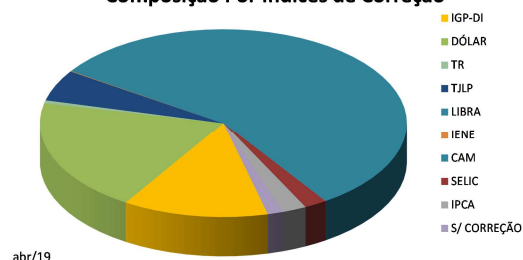


Tabela 32

R\$ mil

DÍVIDA FINANCEIRA X RECEITA CORRENTE LÍQUIDA REAL 2019			
	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	Δ %
DÍVIDA FUNDADA TOTAL	154.949.997	159.942.529	3,22%
INTERNA	141.489.307	146.022.594	3,20%
Dívida com a União	116.957.409	121.522.757	3,90%
Outras Dívidas Contratuais	24.531.898	24.499.836	-0,13%
EXTERNA	13.225.587	13.683.745	3,46%
Com Aval do Tesouro Nacional	13.219.680	13.677.600	3,46%
Mobiliária	5.907	6.144	4,02%
ADM INDIRETA - CUSTEADA (F.TESOURO)	235.103	236.191	0,46%
DÍVIDA FINANCEIRA	154.949.997	159.942.529	3,22%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	58.457.823	57.188.774	-2,17%
RELAÇÃO DÍVIDA FINANCEIRA / RCL	2,65	2,80	5,51%

Valores a preços correntes.

O estoque da dívida externa, que corresponde a 8,6% do total da dívida financeira, encerrou o 2º quadrimestre de 2019 com saldo de R\$ 13,68 bilhões, ou seja, 3,5% superior ao 1º quadrimestre de 2019, consequência da desvalorização do real frente ao dólar.

O saldo devedor da dívida da Administração Indireta fechou o 2º quadrimestre de 2019 em R\$ 236,19 milhões, representando um aumento de 0,5% em relação ao saldo verificado em abril de 2019.

Tabela 33

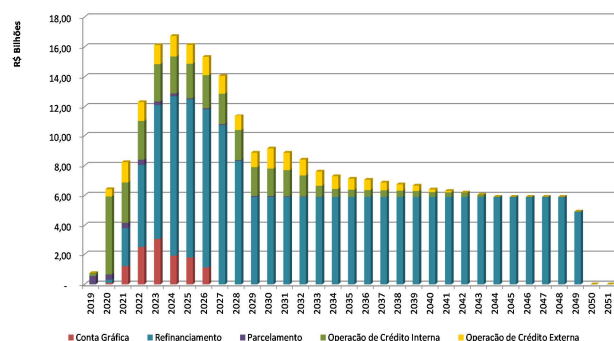
COMPOSIÇÃO DO ESTOQUE POR FAIXAS DE TAXA DE JUROS			
R\$ mil			
Prefixado			
Taxa de Juros (%)	Estoque	Estoque/ Subtotal	Estoque/ Total
0 - 2	1.018.504	0,80%	0,64%
2,1 - 4	164.589	0,13%	0,10%
4,1 - 6	112.543.338	88,28%	70,36%
acima de 6,1	13.755.059	10,79%	8,60%
Subtotal	127.481.490	100,00%	79,70%
Pósfixado			
Taxa de Juros (%)	Estoque	Estoque/ Subtotal	Estoque/ Total
0 - 2	8.540.743	26,31%	5,34%
2,1 - 4	7.479.230	23,04%	4,68%
4,1 - 6	14.541.066	44,80%	9,09%
acima de 6,1	1.900.000	5,85%	1,19%
Subtotal	32.461.039	100,00%	20,30%
Total	159.942.529		100,00%

Perfil da Dívida Financeira

A parcela pré-fixada da Dívida Financeira representou 79,7% do estoque. Desse montante, 70,4% está vinculado a taxas de juros fixadas entre 4,1% e 6,0%. A taxa média geral dos contratos é de 4,56%.

No tocante ao cálculo do total do serviço a pagar até 2043, os vencimentos de curto prazo representam 2,71%, e desse percentual, 0,45% está exposto a taxas variáveis. Isso ocorre

Gráfico 15



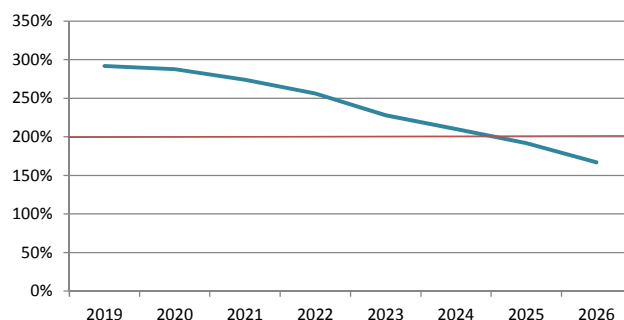
devido a suspensão do pagamento dos contratos administrados pela STN e os contratos com garantia da União, conforme o Regime de Recuperação Fiscal.

O Gráfico 15 apresenta o serviço a pagar por natureza da operação. Verifica-se que, com a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, o pagamento das contas gráficas recebe destaque entre 2020 e 2026 quando o Estado tem que quitar os valores que se encontram suspensos na vigência do regime. Destaca-se a União como maior credora do Estado.

Em relação ao prazo médio de amortização e ao prazo médio de repactuação, estes atingiram 14,8 anos e 13,2 anos, respectivamente.

A Tabela 33 representa o montante da Receita Corrente Líquida que está comprometido com o pagamento do serviço da dívida de 2018 a 2026, ao fim do pagamento das contas gráficas resultantes do Regime de Recuperação Fiscal. Observa-se que com o retorno dos pagamentos do serviço da dívida, o Estado, em 2023, terá 26,4% da RCL comprometida com o pagamento de dívidas.

O Gráfico 16 apresenta projeção do estoque da dívida em relação ao RCL, o limite legal é de 2x a RCL. Cabe ressaltar que o Estado está suspenso de cumprir a relação durante a vigência do regime de recuperação fiscal. Observa-se que a previsão de retorno ao limite legal é em 2025, dois anos após o término do regime de recuperação fiscal considerando a prorrogação.

Gráfico 16**Projeção da Relação DCL/RCL**



Análise de Sensibilidade Por Variável Chave

Tabela 34

Em R\$ milhões

A análise de sensibilidade tem por objetivo mensurar as mudanças no serviço e estoque da dívida pública, dada uma oscilação em variáveis chaves, tais como taxas de câmbio e taxas de juros.

PROJEÇÃO SERVIÇO DA DÍVIDA			
Ano	SERVIÇO	RCL Pessimista	SD/RCL
2019	753,74	56.885,54	1,33%
2020	6.724,87	59.384,15	11,32%
2021	8.794,62	63.639,43	13,82%
2022	13.877,50	67.687,62	20,50%
2023	18.876,68	71.534,98	26,39%
2024	19.824,31	72.522,21	27,34%
2025	19.693,15	74.719,47	26,36%
2026	18.796,96	79.650,96	23,60%

Tabela 35

CENÁRIO ATUAL			CENÁRIO OTIMISTA			CENÁRIO PESSIMISTA		
R\$ mil			R\$ mil			R\$ mil		
Índices	%	ESTOQUE	Índices	%	ESTOQUE	Índices	%	ESTOQUE
IGP-DI	13,20%	22.278.879,59	IGP-DI	12,68%	21.028.870,19	IGP-DI	13,64%	23.597.721,98
CAM	56,80%	95.888.151,42	CAM	56,75%	94.091.170,17	CAM	57,07%	98.705.639,84
DÓLAR	18,66%	31.497.237,10	DÓLAR	19,00%	31.497.237,10	DÓLAR	18,21%	31.497.237,10
TR	0,89%	1.495.976,48	TR	0,90%	1.495.976,48	TR	0,86%	1.495.976,48
TJLP	5,23%	8.829.103,53	TJLP	5,33%	8.829.103,53	TJLP	5,10%	8.829.103,53
LIBRA	0,00%	5.932,64	LIBRA	0,00%	5.932,64	LIBRA	0,00%	5.932,64
IENE	0,08%	141.415,24	IENE	0,09%	141.415,24	IENE	0,08%	141.415,24
SELIC	1,66%	2.796.574,67	SELIC	1,69%	2.796.574,67	SELIC	1,62%	2.796.574,67
IPCA	2,26%	3.819.320,49	IPCA	2,30%	3.819.320,49	IPCA	2,21%	3.819.320,49
S/ CORREÇÃO	1,23%	2.079.255,14	S/ CORREÇÃO	1,25%	2.079.255,14	S/ CORREÇÃO	1,20%	2.079.255,14
TOTAL	100,00%	168.831.846	TOTAL	100,00%	165.784.856	TOTAL	100,00%	172.968.177

ago/20

ago/20

ago/20

Coeficiente de Atualização Monetária – CAM

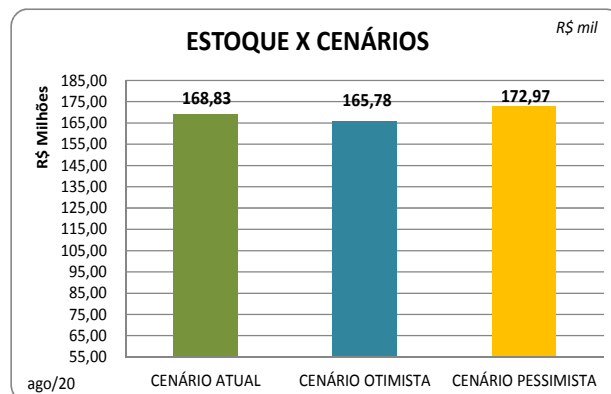
A partir da série histórica de 5,0 anos do coeficiente de atualização divulgado pela STN utilizando o cálculo de duas vezes o desvio padrão para se chegar a um intervalo de 95% de confiança, foram construídos os cenários otimista e pessimista com variação acumulada de 1,71%a.a. e 5,26%a.a., respectivamente. Considerando os possíveis cenários de variação da projeção do CAM, ocorre uma diferença na dívida atrelada a esse índice, em valores absolutos, entre o cenário otimista e pessimista de aproximadamente R\$ 4,6 bilhões, passando, no total da dívida, de 56,75% no cenário otimista para 57,07% no cenário pessimista.

IGP-DI

A partir da série histórica de 10 anos do IGP-DI, utilizando o cálculo de duas vezes o desvio padrão para se chegar a um intervalo de 95% de confiança, foram construídos os cenários otimista e pessimista com variação acumulada de -0,54%a.a. e 8,80%a.a., respectivamente. Considerando os possíveis cenários de variação da projeção do IGP-DI, ocorre uma diferença na dívida atrelada a esse índice, em valores absolutos, entre o cenário otimista e pessimista de aproximadamente R\$ 2,5 bilhões, passando, no total da dívida, de 12,68% no cenário otimista para 13,64% no cenário pessimista.

Quando observada a composição total da dívida por índices, nota-se uma variação absoluta de R\$ 7,2 bilhões entre o cenário otimista e pessimista e, em valores relativos de 4,33%.

Gráfico 17



Moeda Estrangeira e Libor

Em relação ao dólar, verifica-se que no período de 12 meses, o estoque da dívida atrelado ao mesmo passou de R\$ 30,8 bilhões para 32,5 bilhões e de 20,5% para 20,3%, no total da composição da dívida. Esse aumento deu-se em consequência da inclusão dos saldos não pagos, em conta gráfica a pagar, e a desvalorização do real perante o dólar.

A Tabela 36 demonstra o quanto varia o estoque da dívida no período de 12 meses, em função de uma oscilação de dez pontos percentuais (10%), nas variáveis chaves. Observa-se que um aumento de 10%, no dólar americano e no iene japonês, gera um aumento de no máximo 1,4% e 0,01% em relação ao estoque vinculado a essas moedas, respectivamente.

Tabela 36

R\$ mil

Variável Chave	Variação	Estoque	%
MOEDA ESTRANGEIRA			
Dólar Americano	+10%	+2.223.827,08	+1,361
Iene Japonês	+10%	+15.596,97	+0,010

**Receita de Operações de Crédito**

A liberação de R\$ 27,64 milhões de receita oriunda de operações de crédito, nos meses de maio a agosto equivale a:

- R\$ 22,54 milhões destinados ao Programa Estadual de Transportes II – PET II (recursos provenientes do BIRD);e
- R\$ 5,10 milhões referentes ao Programa Estadual de Transportes II Adicional – PET II Adic. (recursos provenientes do BIRD).

Tabela 37**Cronograma de Liberações****Operações Contratadas, Autorizadas e em Tramitação na STN e no Senado Federal**

Data: 31/08/2019

R\$ mil

	2019		2020/25
	Liberado (¹)	a Liberar (²)	a Liberar (²)
1. Operações de Crédito Contratadas	27.726	548.831	2.057.918
Operações contratadas com o Sistema Financeiro Nacional	-	377.965	268.639
1. SANEAMENTO PARA TODOS I - CAIXA	-	-	248.599
2. CONTRAPARTIDA PAC - CAIXA	-	-	20.040
3. PROGRAMA SANEAMENTO P TODOS II - CAIXA	-	314.404	-
4. PROCOI - CAIXA	-	63.561	-
Demais	27.726	170.867	1.789.278
5. PET II - BIRD	22.537	-	3.659
6. PRODETUR - BID	-	69.445	26.375
7. PSAM - BID	-	-	1.449.746
8. PET II Adicional - BIRD	5.190	101.421	309.499
9. RIO RURAL ADICINAL FA - BIRD	-	-	-
2. Operações de Crédito Autorizadas e em Tramitação	-	-	-
3. Operações de Crédito a Contratar Incluídas no PAF	-	1.989.210	-
Total	27.726	2.538.042	2.057.918

Fonte: SOC - Sistema de Operações de Crédito, 2019.

(1) Valores realizados em 2019, a preços correntes

(2) Contém o valor total a ser liberado das operações de crédito contratadas, a preços de AGO/2019



Tabela 38

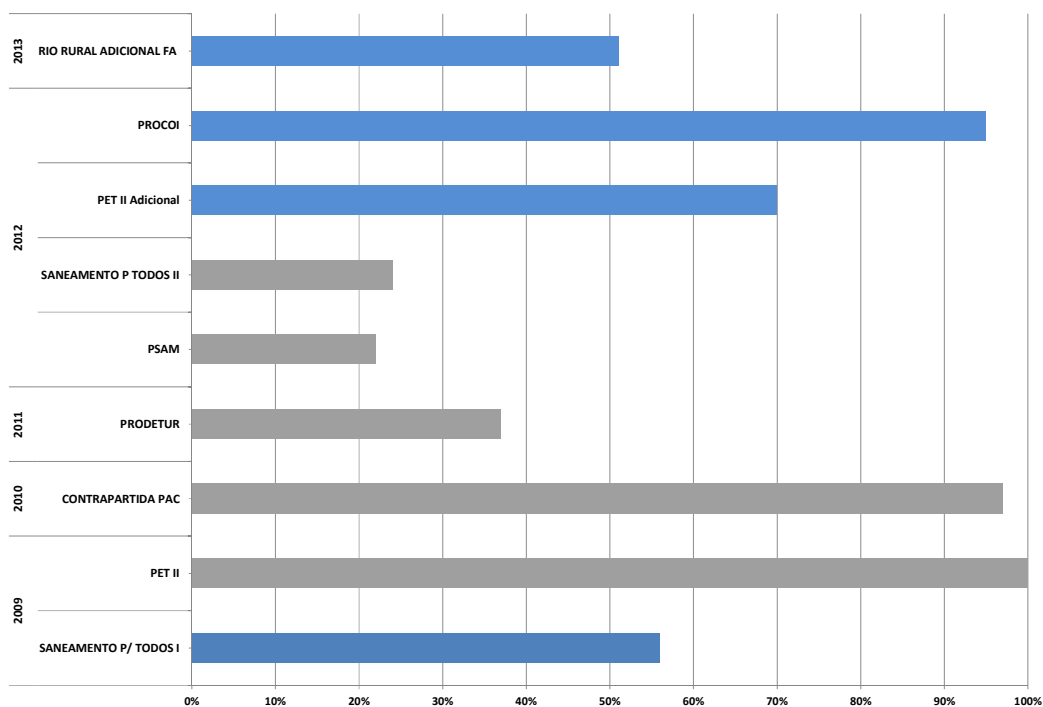
Liberações ocorridas dos Contratos em Fase de Desembolso

Data: 31.08.2019

DATA DA ASSINATURA	OPERAÇÃO	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	ORGÃO EXECUTOR	MOEDA CONTRATUAL	VALORES EM MOEDA CONTRATUAL		%	VALORES EM REAIS	
					CONTRATADO	LIBERADO		CONTRATADO	LIBERADO
2009									
07/07/2009	SANEAMENTO P/ TODOS I	CAIXA	CEDAE	REAL	558.000.000,00	312.526.229,07	56%	558.000.000,00	312.526.229,07
24/09/2009	PET II	BIRD	SETRANS	DÓLAR	211.700.000,000	210.815.821,16	100%	876.120.450,00	419.306.131,28
2010									
24/06/2010	CONTRAPARTIDA PAC	CAIXA	SEOBRAS	URTJLP	307.002.052,90	296.848.677,73	97%	629.874.883,93	586.006.600,71
2011									
08/08/2011	PRODETUR	BID	SEOBRAS	DÓLAR	112.000.000,00	41.486.692,47	37%	463.512.000,00	100.942.714,48
2012									
20/03/2012	PSAM	BID	SEA	DÓLAR	451.980.000,00	101.673.000,00	22%	1.870.519.230,00	297.005.905,80
22/06/2012	SANEAMENTO P TODOS II	CAIXA	CEDAE	REAL	415.372.248,98	100.968.042,49	24%	415.372.248,98	100.968.042,49
05/09/2012	PET II Adicional	BIRD	SETRANS	DÓLAR	600.000.000,00	420.052.893,05	70%	2.483.100.000,00	1.352.983.320,61
20/12/2012	PROCOI	CAIXA	SEOBRAS	REAL	1.199.871.427,00	1.136.310.761,55	95%	1.199.871.427,00	1.136.310.761,55
2013									
19/08/2013	RIO RURAL ADICIONAL FA	BIRD	SEAPEC	DÓLAR	100.000.000,00	50.518.222,14	51%	413.850.000,00	172.664.199,79

Fonte: Sistema de Operações de Crédito - SOC / SEFAZ

Gráfico 18

OPERAÇÕES CONTRATADAS EM FASE DE DESEMBOLSO
PERCENTUAL LIBERADO POR CONTRATO

Fonte: Sistema de Operações de Crédito - SOC / SEFAZ



VI.6 Acompanhamento Financeiro de Convênios¹²

O Estado do Rio de Janeiro encerrou o 2º Quadrimestre de 2019 com 213 convênios de despesa e 147 convênios de receita vigentes .

Entre os convênios de despesa, os mais importantes para o Estado são aqueles celebrados no âmbito do Programa Somando Forças . Na esfera dos convênios de receita, o Programa de Aceleração do Crescimento Econômico – PAC¹³ engloba os investimentos de maior relevância.

Os Convênios de Despesa vigentes, abrangendo programas em infraestrutura, saúde, educação, esporte e lazer, encerram o 2º quadrimestre de 2019 com o montante total de R\$ 3.975 milhões.

Os Convênios de Receita vigentes, abrangendo programas em segurança, infraestrutura, saúde, educação, esporte e lazer, encerram o 2º quadrimestre de 2019 com o montante total de R\$ 2.354 milhões.

VI.7 Análise de Viabilidade Econômica de PPP

No 2º quadrimestre ano de 2019, o Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas – PROPAR, destinado a disciplinar e promover a realização de Parceria Público-Privada (PPP) no âmbito da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, deu continuidade às tratativas atinentes ao Procedimento de Manifestação de Interesse para obtenção de estudos técnicos com vistas à consolidação e modelagem do projeto de Parceria:

- **Concessão Rodovias:** Projeto destinado à Concessão de um conjunto de rodovias estaduais do interior e de vias urbanas metropolitanas do Rio de Janeiro, consolidadas em três lotes que formam o Grupo 1, três lotes de vias urbanas metropolitanas implantadas mas com trechos novos a serem

¹² Os dados utilizados nesta seção foram extraídos de relatórios do Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Rio de Janeiro - SIAFE-Rio.

¹³ Lei nº 11.578/2007 regula a transferência obrigatória de recursos financeiros federais para Estados, DF e Municípios, para execução das ações do PAC, cuja descentralização seja do interesse da União.



construídos para ampliação, formando o Grupo 2, e uma rodovia formando o Grupo 3 – PMI nº 01/2018.

Neste quadrimestre, o Estado do Rio de Janeiro, uma vez que não possui PPP contratada, seguiu cumprindo o limite de comprometimento da Receita Corrente Líquida em contratos de parceria público-privada art. nº 28, da Lei Federal nº 11.079/2004 de 30 de dezembro de 2004.

Cumpre informar que, conforme artigo 1º, inciso IV, da Lei Federal nº 13.631, de 1º de março de 2018, o Estado está dispensado do atendimento ao disposto no art. 28 da Lei nº 11.079/2004 para fins de contratação, de aditamento, de repactuação e de renegociação de operações de crédito, de concessão de garantia pela União e para fins de contratação com a União com fundamento nas Leis Complementares nº 156, de 28 de dezembro de 2016, e nº 159, de 19 de maio de 2017, tendo em vista a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), mediante apresentação de Plano de Recuperação Fiscal homologado em 05 de setembro de 2017.

VI.8 Captação de Recursos

No segundo quadrimestre de 2019, no que tange à captação de recursos, área responsável por identificar, fomentar e negociar as contratações de operações de crédito para o Estado do Rio de Janeiro, foi prestado auxílio e orientação às áreas de atuação em captar recursos das Secretarias de Estado e Órgãos da Administração para execução de projetos.

Glossário

- **Receitas correntes**¹⁴: são os ingressos de recursos financeiros oriundos das atividades operacionais que não decorrem de uma mutação patrimonial, ou seja, são receitas efetivas.

As receitas correntes são classificadas nos seguintes níveis de origem¹⁵:

a) Receita Tributária: Arrecadação de impostos, taxas e contribuições de melhoria.

b) Receita de Contribuições: Contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas.

c) Receita Patrimonial: Rendimentos sobre investimentos do ativo permanente, de aplicações de disponibilidades em operações de mercado e outros rendimentos oriundos de renda de ativos permanentes.

d) Receita Agropecuária: Receita da atividade ou da exploração agropecuária de origem vegetal ou animal.

e) Receita Industrial: Receita da atividade industrial de extração mineral, de transformação, de construção e outras, definidas como atividades industriais, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

f) Receita de Serviços: Receita da prestação de serviços de transporte, saúde, comunicação, portuária, armazenagem, inspeção e fiscalização, judiciária, processamento de dados, vendas de mercadorias e produtos inerentes à atividade da entidade e outros serviços.

g) Transferência Corrente: Ingresso proveniente de outros entes ou entidades, referente a recursos pertencentes ao ente ou entidade recebedora ou ao ente ou entidade transferidora, efetivado mediante condições preestabelecidas ou mesmo sem qualquer exigência, desde que o objetivo seja a aplicação em despesas correntes.

¹⁴ Fonte: Manual de Procedimentos de Receitas Públicas do Tesouro Nacional, página 24, 4ª Edição.

¹⁵ Fonte: Manual de Procedimentos de Receitas Públicas do Tesouro Nacional, página 25, 4ª Edição.



h) Outras Receitas Correntes: Ingressos correntes provenientes de outras origens não classificáveis nas anteriores.

- **Receitas de capital**¹⁶: são as entradas de recursos financeiros decorrentes de atividades operacionais ou não operacionais derivadas da obtenção de recursos mediante a constituição de dívidas, amortização de empréstimos e financiamentos ou alienação de componentes do ativo permanente.

De acordo com a Lei nº 4.320/64, as receitas de capital são classificadas nos seguintes níveis de origem:

a) Operações de Crédito: São os ingressos provenientes da colocação de títulos públicos ou da contratação de empréstimos e financiamentos obtidos junto a entidades estatais ou privadas.

b) Alienação de Bens: Valores oriundos da alienação de componentes do ativo permanente.

Amortização de Empréstimos: É o ingresso decorrente da amortização, ou seja, parcela referente ao recebimento de parcelas de empréstimos ou financiamentos concedidos em títulos ou contratos.

c) Transferência de Capital: É o ingresso resultante de outros entes ou entidades, referente a recursos pertencentes ao ente ou entidade recebedora ou ao ente ou entidade transferidora, efetivado mediante condições preestabelecidas ou mesmo sem qualquer exigência, desde que o objetivo seja a aplicação em despesas de capital.

d) Outras Receitas de Capital: São os ingressos de capital advindos de outras origens não classificáveis nas anteriores.

¹⁶ Fonte: Manual de Procedimentos de Receitas Públicas do Tesouro Nacional, página 27, 4ª Edição.



- **Natureza da Receita**¹⁷: A classificação orçamentária por Natureza de Receita é estabelecida pelo § 4º do art. 11 da Lei nº 4.320, de 1964. No

âmbito da União, sua codificação é normatizada por meio de Portaria da SOF, órgão do Ministério do Planejamento,

Desenvolvimento e Gestão. A normatização da codificação válida para Estados e Municípios é feita por meio de Portaria

Interministerial (SOF e STN). Importante destacar que a classificação da receita por natureza é utilizada por todos os entes da

Federação e visa identificar a origem do recurso segundo o fato gerador, acontecimento real que ocasionou o ingresso da

receita nos cofres públicos. (Fonte:MTO-2018)

A partir de 2018 o código da natureza da receita passa a ser constituído por dez algarismos, que indicam:

- 1º = Categoria Econômica
- 2º = Origem
- 3º = Espécie
- 4º a 7º = Desdobramento
- 8º = Tipo
- 9º e 10º = Detalhamento

O Tipo, correspondente ao 8º dígito na natureza de receita, tem a finalidade de identificar o tipo de arrecadação a que se

refere aquela natureza, sendo:

- 0- Natureza de receita não valorizável ou agregadora;

¹⁷ A Receita Pública é classificada por diversos aspectos com o objetivo de possibilitar sua estimativa, execução, acompanhamento, avaliação e controle. Portanto, a classificação das receitas é fundamental para evidenciar as suas origens e aplicações no âmbito do orçamento público.

A Classificação das Receitas compreende, dentre outras classificações, as Fontes de Recursos (FR) e a Natureza da Receita (NR). O Classificador de Receita poderá ser consultado no site de Transparência Fiscal do Estado do Rio de Janeiro (<http://www.transparencia.rj.gov.br/>).



- 1- Principal da receita;
- 2- Multas e Juros de Mora da respectiva receita;
- 3- Dívida Ativa da respectiva receita;
- 4- Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da respectiva receita.